



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

CLEANE DA COSTA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO
AUTISTA (TEA) NA REDE PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM
REDENÇÃO - CEARÁ**

ACARAPE - CEARÁ

2022

CLEANE DA COSTA SILVA

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do ensino fundamental I em Redenção - Ceará

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Dr.^a Geranilde Costa e Silva

ACARAPE – CEARÁ

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Silva, Cleane da Costa.

S586i

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista TEA na rede pública do ensino fundamental I em Redenção - Ceará / Cleane da Costa Silva. - Redenção, 2022.

73f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

Orientador: Profa. Dra. Geranilde Costa e Silva.

1. Autismo. 2. Educação Inclusiva. 3. Escola. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 371.9046

CLEANE DA COSTA SILVA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA
(TEA) NA REDE PÚBLICA DO ENSINO FUNDAMENTAL I EM REDENÇÃO -
CEARÁ**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Campus dos Palmares

Aprovado em: 06 de Julho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Geranilde Costa e Silva - IH (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dra. Geórgia Maria Feitosa e Paiva - ILL

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Prof.^a Dra. Mara Rita Duarte de Oliveira - ICEN

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

*...Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás,
esperançar é construir, esperançar é não desistir!
Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se
com outros para fazer de outro modo...*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela minha vida e por ter me dado força para continuar essa caminhada.

A minha mãe, Cleilda Batista, por sempre ter sido minha referência, não só de mulher, mas de pessoa, a ela minha gratidão, pelo carinho, amor e dedicação.

A minha avó materna, Albertina da Costa, pelo acolhimento e amor.

A minha irmã, Cleo Silva, pelo apoio e carinho.

As pessoas que acreditaram em mim, e que não me deixaram desistir

A minha orientadora, professora Dra. Geranilde Costa e Silva, que esteve comigo durante a realização deste trabalho, a quem tenho muita admiração e carinho.

Ao corpo docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB – Ceará, professores e professoras que contribuíram muito na minha formação acadêmica e humana, meus mais sinceros agradecimentos.

As minhas colegas de curso, Antônia Maria Ferreira, Ana Maria Monteiro e Camila Arruda, pessoas que foram essenciais para tornar esses anos de graduação, mais leves e alegres.

A UNILAB, onde pude concretizar mais essa etapa da minha vida.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de Transtorno do Espectro Autista nas turmas de Fundamental I, assim como também, compreender como a escola se articula frente a isso. Estudo que trata da inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), na rede pública de ensino, nos anos iniciais do Ensino Fundamental I em Redenção (Ceará). Dessa forma, este estudo traz uma pesquisa feita a partir da metodologia de estudo de caso, onde foi realizada uma entrevista com a coordenadora da educação inclusiva do citado município e com a diretora da escola pesquisada, assim como um questionário online aplicado junto a docentes da referida cidade. Com isso, traz-se uma discussão acerca do TEA, trazendo ainda as principais características e leis que visam garantir os direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista. Diante disso, a pesquisa mostra que diante do crescente número de matrículas efetuadas no ensino público regular, não só na cidade, mas no estado, a escola deve se preparar para possibilitar uma educação realmente inclusiva, e que se faça cumprir na teoria e na prática, e que de fato essa criança esteja inserida nas atividades cotidianas escolares. Dessa maneira esse trabalho vem a contribuir com a reflexão e discussão do tema exposto, assim como se volta a perceber também o olhar do(a) professor(a) mediante a esse processo de inclusão, já que os(as) docentes desempenham um papel importante frente a isso.

Palavras-chave: Autismo. Educação Inclusiva. Escola.

ABSTRACT

This research aims to identify the actions developed by the school in order to ensure the process of inclusive education of children who have clinical report of Autism Spectrum Disorder in classes of Primary I, as well as understand how the school articulates in front of it. This study deals with the inclusion of children with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in the public school system, in the early years of elementary school in Redenção (Ceará). Thus, this study brings a research made from the methodology of case study, where an interview was conducted with the coordinator of inclusive education of the city and with the principal of the school researched, as well as an online questionnaire applied with teachers of that city. Thus, a discussion about ASD is brought forth, also bringing the main characteristics and laws that aim to guarantee the rights of people with Autism Spectrum Disorder. Therefore, the research shows that in face of the growing number of enrollments in regular public education, not only in the city, but in the state, the school must prepare itself to enable a truly inclusive education, and that it is enforced in theory and in practice, and that in fact this child is inserted in the daily school activities. Thus, this work contributes to the reflection and discussion of the exposed theme, as well as to the teacher's view of this inclusion process, since teachers play an important role in this regard.

Keywords: Autism. Inclusive Education. School.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 01 - Progresso de matrículas de estudantes com deficiência nos últimos anos no estado do Ceará..... | 19 |
| TABELA 02 - Progresso de matrículas de estudantes com deficiência na rede pública municipal de ensino, no estado do Ceará..... | 20 |
| TABELA 03 - Progresso de matrículas de estudantes com TEA, no estado do Ceará..... | 21 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| GRÁFICO 01 - Taxa das escolas com professores(as) que possuem formação continuada em Atendimento Educacional Especializado – AEE – Ceará..... | 21 |
| GRÁFICO 02 - Você conhece ou sabe do que se trata o autismo/TEA – Transtorno do Espectro Autista? | 36 |
| GRÁFICO 03 - Já atuou outras vezes em turmas com alunos(as) autistas? | 37 |
| GRÁFICO 04 - Você sente que está preparado(a) à trabalhar com alunos(as) autistas em sala de aula? | 37 |
| GRÁFICO 05 - Em suas práticas pedagógicas, você procura possibilitar a inclusão dos(as) alunos(as) autistas? | 38 |
| GRÁFICO 06 - Você busca realizar praticas pedagógicas ou recursos que possibilitem um melhor aprendizado aos(às) alunos(as) autistas? | 39 |
| GRÁFICO 07 - Você acha que é importante essa inclusão de autistas com outras crianças nas atividades da escola? | 40 |
| GRÁFICO 08 - Você procura estabelecer um bom relacionamento com essas crianças? | 41 |
| GRÁFICO 09 – Os(as) alunos são incentivados(as) a participar das aulas? | 42 |
| GRÁFICO 10 - Você gostaria de participar de formações ou cursos, voltados à inclusão de crianças autistas? | 43 |
| GRÁFICO 11 - Sente dificuldades em lecionar em turmas com autistas? | 43 |
| GRÁFICO 12 - Você percebe engajamento por parte dos pais/familiares, no processo de vida escolar das crianças? | 45 |
| GRÁFICO 13 - Você percebe que a escola incentiva os pais/familiares à estarem envolvidos nas atividades e cotidiano escolar das crianças? | 47 |

SIGLAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

CEE - Centro de Educação Especial

CE - Ceará

CID - Classificação Estatística Internacional de Doenças

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

MEC - Ministério da Educação

NAPE - Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional

NEE - Necessidades Educativas Especiais

PCD - Pessoa Com Deficiência

PPP - Projeto Político Pedagógico

SME - Secretaria Municipal de Educação

TEA - Transtorno do Espectro Autista

TDAH - Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Introdução | 13 |
| 2 Justificativa | 15 |
| 3 Objetivos | 18 |
| 3.1 Objetivo geral..... | 18 |
| 3.2 Objetivos específicos..... | 18 |
| 4 Matrículas de estudantes com deficiência, em crescente progresso no Ceará | 19 |
| 5 Metodologia da pesquisa | 23 |
| 6 Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou autismo | 26 |
| 6.1 Autismo e inclusão escolar..... | 29 |
| 7 Análise dos dados coletados | 35 |
| 8 Considerações finais | 49 |
| Referências | 52 |
| Apêndices | 56 |
| Apêndice A..... | 56 |
| Apêndice B..... | 58 |
| Apêndice C..... | 59 |
| Apêndice D..... | 61 |
| Apêndice E..... | 64 |
| Apêndice F..... | 72 |
| Apêndice G..... | 73 |
| Apêndice H..... | 74 |

INTRODUÇÃO

A escola é um ambiente que recebe várias pessoas diariamente, ela deve ser um local apto a acolher e incluir todos e todas, sendo esta uma determinação prevista na Constituição Federal de 1988, que determina educação a cada cidadão e cidadã brasileiro(o), com direito a ingresso e permanência na escola.

A ideia de construir essa monografia partiu da curiosidade em saber como acontece e como a escola lida com a inclusão de crianças autistas, sabemos que é lei e que isso é um direito garantido, mas a busca por saber como isso acontece na realidade e cotidiano, é que move esse estudo.

Uma das motivações também, em realizar esse trabalho, se dá pelo interesse na área da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, e como em minha primeira atuação em sala, tive contato com crianças que possuem Necessidades Educativas Especiais, essa busca em compreender como acontece e como proceder no processo educacional dessas crianças, só aflorou.

Recentes estudos, como os do IPECE (2022), mostram que, nos últimos anos houve um acréscimo nas taxas de matrículas de estudantes com deficiência, isso é algo positivo, pois mostra que esses(as) jovens e crianças estão tendo a oportunidade de ingressar na rede de ensino, porém, mesmo com números consideráveis, é preciso se atentar para a inclusão na prática, será que está de fato acontecendo? Como esse(a) discente está sendo recebido(a) na escola? Como está sendo o processo de ensino e acolhimento para que ele(a) se desenvolva integralmente? Portanto, é muito relevante pensar essas questões, e buscar compreender esses processos.

Diante disso, este estudo tem como objetivo geral identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de Transtorno do Espectro Autista nas turmas de Fundamental I, de escolas regulares públicas.

A metodologia usada no processo de construção deste trabalho é a partir de estudo de caso, com entrevistas realizadas com a coordenadora da educação inclusiva do município de Redenção, no estado do Ceará, e com a diretora da escola

pesquisada, assim como a realização de um questionário online com docentes da cidade.

Discute-se ainda sobre o assunto relacionado ao Transtorno do Espectro Autista - TEA, apresentando um pouco do que se trata e principais características e algumas leis que estão colocadas a amparar pessoas que tenham o autismo.

Traz-se também a análise dos dados coletados através da entrevista com a coordenadora responsável pela educação inclusiva do município de Redenção, Ceará e dos dados colhidos através de um questionário online, aplicado junto a docentes de 7 escolas da referida cidade.

Conta-se ainda com o referencial teórico composto por alguns(as) autores(as), como, Gil (2008), Minayo (2001), Regina Zanon (2014), Menezes (2022), Maria Romitto (2011), Nogueira (2019), Mantoan (2003) entre outros/as.

2 JUSTIFICATIVA

O meu interesse em trabalhar com o tema “A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede pública do ensino fundamental I em Redenção – Ceará”, se dá pelo fato de ter acompanhado o cotidiano de uma criança com autismo, e de ver como foi o seu processo de diagnóstico, já que seus pais não sabiam o que era o Transtorno do Espectro Autista – TEA¹ e nem sobre o que se tratava.

A partir do momento que a criança começou a mostrar os primeiros “sinais” de autismo, os pais por sua vez, não aceitaram de prontidão, e só depois com a ajuda de algumas pessoas que trabalham na escola do filho, começaram a procurar ajuda profissional para entender de fato o comportamento da criança e de como melhor ajudá-lo.

Acompanhar esse processo me fez buscar saber o que aconteceria com aquela criança na escola, como a mesma iria ser acolhida, bem como compreender como funciona essa inclusão.

Após alguns anos, enquanto estudante do curso de Pedagogia tive a oportunidade de ter mais contato com o âmbito educacional, e de estar diariamente nesse espaço.

A minha primeira experiência em sala de aula foi através do Programa Mais Alfabetização, programa esse criado pelo Ministério da Educação (MEC), sob a portaria nº 142/2018. Que tem o propósito de dar apoio técnico e financeiro para que as escolas tenham um melhor suporte no processo de alfabetização de suas crianças nos dois primeiros anos da vida escolar do(a) aluno(a), no caso, 1º e 2º anos do fundamental I.

Atuei durante quase um ano como bolsista, na escola Antônio Correia de Castro, que fica situada na localidade de Carro Atolado, escola pública de ensino fundamental I e II, do município de Acarape, no estado do Ceará.

¹ O autismo — ou Transtorno do Espectro Autista (TEA), como é tecnicamente chamado — é uma condição de saúde caracterizada por prejuízos em três importantes áreas do desenvolvimento humano: habilidades socioemocionais, atenção compartilhada e linguagem. Atualmente a ciência fala não só de um tipo de autismo, mas de muitos tipos diferentes, que se manifestam de uma maneira única em cada pessoa. Disponível em: <https://tismoo.us/saude/o-que-e-autismo-ou-transtorno-do-espectro-do-autismo-tea/> acesso em: 09/05/2022

Tinha como atribuição realizar um trabalho de apoio às professoras de 1º e 2º ano, no turno da manhã. Muitas vezes dava uma espécie de reforço às crianças que ainda não sabiam ler.

Entre nesse programa por meio de uma seleção no município de Acarape no ano de 2018, já que a seleção dos(as) bolsistas monitores(as) fica à cargo da Secretaria Municipal de Educação (SME) de cada cidade. Na ocasião, tive a experiência de encontrar com alunos(as) autistas e comecei assim, a me interessar pela temática, a querer descobrir mais sobre o TEA.

Estar em contato com essas crianças me fez ter um interesse em compreender melhor esse universo da educação inclusiva, educação essa que, está direcionada a integrar e acolher discentes com Necessidades Educativas Especiais - NEE² na escola regular, fazendo assim com que tenham acesso à educação, de forma a respeitar as diversidades existentes nesse espaço.

Tive contato com crianças que possuem TEA, mas também com outros tipos de Necessidades Educativas Especiais, como a exemplo a Síndrome de Down³ e TDAH⁴. Assim, partindo tanto da experiência escolar quanto da curiosidade propriamente dita sobre a inclusão de autistas na escola, é que essa monografia vai se construindo.

Segundo a Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), as pessoas que tenham alguma deficiência tem direito à inclusão social, tencionando a garantir a igualdade e direitos dessas pessoas, objetivando o exercício de sua cidadania.

Com isso, essa lei ainda afirma o pleno direito à educação, cujo artigo 27 indica que:

² São necessidades relacionadas aos alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldades de aprendizagem. Esses alunos não são, necessariamente, portadores de deficiências, mas são aqueles que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/> acesso em: 09/05/2022

³ A Síndrome de Down também pode ser chamada de trissomia do 21 e as pessoas que a possuem de trissômicos, é um atraso no desenvolvimento, das funções motoras do corpo e das funções mentais, o bebê é pouco ativo e “molinho” (hipotonia). Disponível em: <http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/sindrome-down.htm> acesso em: 22/07/2021

⁴ O Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) é um transtorno neurológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. Ele se caracteriza por sintomas de desatenção, inquietude e impulsividade. Ele é chamado às vezes de DDA (Distúrbio do Déficit de Atenção). Em inglês, também é chamado de ADD, ADHD ou de AD/HD. Disponível em: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/> acesso em: 22/07/2021

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. (BRASIL, 2015)

Dessa maneira, frequentar a escola e usufruir de uma educação de qualidade e compromissada em estabelecer e cumprir com os direitos colocados em lei, é imprescindível. Diante disso, a escola exerce um papel importante, onde reafirma as garantias de liberdade, cidadania e inclusão social das pessoas com deficiência. A Lei Brasileira de Inclusão das pessoas com deficiência é muito significativa, pois é uma conquista que vem a contribuir com as políticas de inclusão e acessibilidade.

Conforme o exposto, a justificativa dessa monografia se dá pela importância em conhecer mais sobre o TEA e de como a inclusão dessas crianças acontece no chão da escola, e que mediante ao crescente número de matrículas de estudantes com deficiência, como veremos no decorrer deste trabalho, é importante se atentar a essa questão, haja visto que a inclusão não é somente proporcionar o ingresso dessa criança, pois vai além disso.

3 OBJETIVOS

3.1 - Objetivo Geral

- Identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de Transtorno do Espectro Autista nas turmas de Fundamental I.

3.2 - Objetivos Específicos

- Compreender as práticas didático-pedagógicas que a escola realiza no cotidiano escolar voltadas à inclusão dos(as) estudantes com Transtorno do Espectro Autista;
- Perceber o olhar e saber do(a) docente frente ao TEA;
- Conhecer as leis que amparam as crianças autistas.

4 MATRÍCULAS DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA, EM CRESCENTE PROGRESSO NO CEARÁ

Na Tabela 1, podemos acompanhar dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, por meio do informe de nº 205 de Janeiro/2022, em que traz o estudo mostrando o progresso em relação às matrículas efetivadas de estudantes com deficiência, no estado do Ceará.

TABELA 1 - Progresso de matrículas de estudantes com deficiência nos últimos anos no estado do Ceará

| Ano | Total ¹ | Classes Comuns ² | Classes Exclusivas ³ | Taxa de participação ⁴ |
|------|--------------------|-----------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|
| 2012 | 31.626 | 27.996 | 3.630 | 1,33 |
| 2013 | 31.965 | 29.812 | 2.153 | 1,37 |
| 2014 | 36.366 | 34.504 | 1.862 | 1,58 |
| 2015 | 41.341 | 39.761 | 1.580 | 1,85 |
| 2016 | 44.545 | 43.207 | 1.338 | 2,02 |
| 2017 | 50.626 | 49.236 | 1.390 | 2,32 |
| 2018 | 57.567 | 56.316 | 1.251 | 2,65 |
| 2019 | 64.120 | 62.947 | 1.173 | 2,97 |
| 2020 | 66.741 | 65.585 | 1.156 | 3,13 |

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

Nota: ¹O total da Educação Especial inclui matrículas em Classes Exclusivas (Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA) e de Classes Comuns de Ensino Regular e/ou EJA.

² Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação de Ensino Regular e/ou EJA.

³ Inclui matrículas de alunos com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Exclusivas de Ensino Regular e/ou EJA.

⁴ Razão entre as matrículas de educação especial em relação ao total de matrículas na educação básica.

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

De acordo com a Tabela 1, houve um avanço considerável no número de matrículas de estudantes com deficiência nas turmas comuns regulares e em turmas exclusivas (escolas especializadas e/ou especializadas regulares), onde no ano de 2012 esse total chegava a 31.626 matrículas e em 2020, atingiu o total de 66.741. Esses dados alcançam a margem percentual de 111%, ou seja, já mostram a demanda de ações especializadas no campo da educação especial e inclusiva.

Em relação as matrículas nas redes municipais do estado do Ceará, podemos observar a seguinte progressão, de acordo com a tabela 2:

TABELA 2 - Progresso de matrículas de estudantes com deficiência na rede pública municipal de ensino, no estado do Ceará.

| Ano | Federal | | Estadual | | Municipal | | Privada | |
|------|----------------------|-----|----------------------|------|----------------------|------|---------|-----|
| | Número de matrículas | % | Número de matrículas | % | Número de matrículas | % | Num. | % |
| 2012 | 23 | 0,1 | 2.168 | 7,7 | 23.994 | 85,7 | 1.811 | 6,5 |
| 2013 | 20 | 0,1 | 2.414 | 8,1 | 25.757 | 86,4 | 1.621 | 5,4 |
| 2014 | 30 | 0,1 | 2.724 | 7,9 | 29.954 | 86,8 | 1.796 | 5,2 |
| 2015 | 35 | 0,1 | 3.205 | 8,1 | 34.560 | 86,9 | 1.961 | 4,9 |
| 2016 | 20 | 0,0 | 3.777 | 8,7 | 37.352 | 86,4 | 2.058 | 4,8 |
| 2017 | 32 | 0,1 | 5.054 | 10,3 | 41.803 | 84,9 | 2.347 | 4,8 |
| 2018 | 74 | 0,1 | 6.832 | 12,1 | 46.577 | 82,7 | 2.833 | 5,0 |
| 2019 | 96 | 0,2 | 8.539 | 13,6 | 50.631 | 80,4 | 3.681 | 5,8 |
| 2020 | 110 | 0,2 | 9.899 | 15,1 | 51.674 | 78,8 | 3.902 | 5,9 |

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

Dessa forma, percebe-se que esse número ainda continua em ascensão, o que vem a ser algo muito positivo em se tratando das políticas de ingresso de crianças e jovens que possuem algum tipo de deficiência ou Necessidades Educativas Especiais. O que podemos notar também é que, as maiores taxas se encontram nas redes municipais de ensino.

Já na Tabela 3, podemos analisar o crescimento da matrícula de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, denominado antes, como Autismo infantil, já que atualmente, a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10 foi atualizada, e entrou em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 2022, a CID-11⁵, que vem assim a unificar os transtornos relacionados à TEA, com o novo código de 6A02⁶. Como pode ser visto logo abaixo.

⁵ Nova Classificação Estatística Internacional de Doenças, que entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.

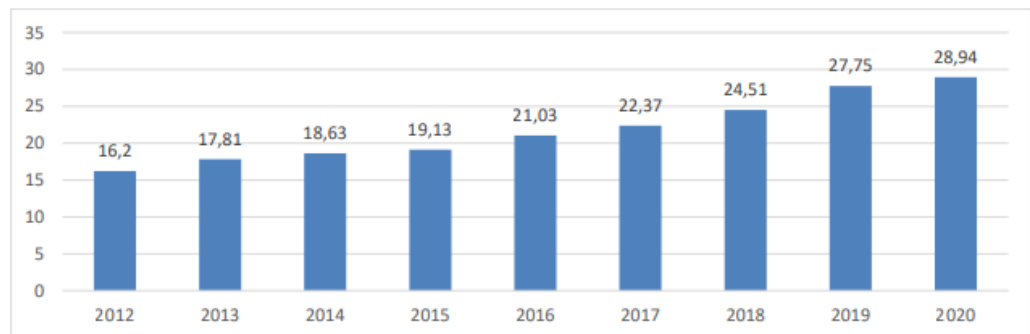
⁶ Novo código para classificar o Transtorno do Espectro Autista, segundo a CID-11.

TABELA 3 - Progresso de matrículas de estudantes com TEA, no estado do Ceará.

| Ano | Autismo infantil |
|------|------------------|
| 2012 | 3.717 |
| 2013 | 3.662 |
| 2014 | 4.436 |
| 2015 | 5.665 |
| 2016 | 3.596 |
| 2017 | 8.588 |
| 2018 | 10.778 |
| 2019 | 11.931 |
| 2020 | 14.082 |

Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica 2012 a 2020. Elaboração: IPECE

Referente a esta tabela, percebemos o grande salto no número de matrículas de estudantes com o Transtorno do Espectro Autista, que em 2012 estava em 3.717 e em 2020 aumentou para 14.082, um número bem considerável que fica em torno de 279% na taxa de matrículas efetivadas.

Gráfico 1 – Taxa das escolas com professores(as) que possuem formação continuada em Atendimento Educacional Especializado – AEE – Ceará

Fonte: INEP/Microdados do Censo Escolar 2012 a 2020. Elaboração: IPECE.

Como é visível no Gráfico 1, é possível identificar a crescente procura por parte dos(as) professores(as), na área do Atendimento Educacional Especializado – AEE. Nos últimos anos esse número só vem aumentando e mostrando o avanço nesse campo.

Em relação à atuação dos(as) docentes, Oliveira (2020) salienta que,

O docente deve ter consciência clara do importante papel que desempenha ao iniciar o processo de inclusão de uma criança com necessidades educacionais especiais associadas ao autismo infantil. Um professor hábil pode abrir a porta para várias oportunidades: como cada criança com autismo processa a informação e quais são as melhores estratégias de ensino devido à singularidade de seus pontos fortes, interesses e habilidades em potencial. (OLIVEIRA, 2020, p. 1)

Diante dessa explanação, nota-se o papel fundamental de um(a) professor(a) no movimento de incluir seus(as) estudantes com Necessidades Educativas Especiais, pois é ele(a) que vai fazer essa mediação na escola, num primeiro momento. Nisso, compreende-se a relevância em estar buscando sua capacitação, e é importante que toda a escola tenha essa iniciativa.

Conforme apresentados os dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, notamos que os números de matrículas só cresceram durante os últimos anos, principalmente após a promulgação da Lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

À vista disso, com o avanço dessas matrículas, é necessário pesquisar como a escola se coloca diante dessa demanda, haja vista que, não são somente as escolas especializadas em AEE, que recebem esses estudantes. Saber como a escola regular se prepara e se organiza para atender a essas crianças e jovens, se faz indispensável, já que a inclusão se coloca além de possibilitar o ingresso dessa criança na escola, mas de garantir a sua permanência e seu pleno desenvolvimento integral. Dessa forma, coloca-se aqui a importância da realização da minha pesquisa.

5 METODOLOGIA DA PESQUISA

Trata-se de um estudo de caso, partindo do pressuposto de uma pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2001), nos mostra que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Assim, essa metodologia se torna essencial em pesquisas que o pesquisador(a) queira analisar de forma aprofundada as suas questões, já que estes, por não podem ser mensurados ou quantificados, fazendo com que a participação do público alvo esteja mais “livre” para responder e assim analisar seus pontos de vistas.

Dessa forma, trabalhando com esse método o(a) pesquisador(a) tem a oportunidade de ir a campo e realizar a sua pesquisa com o grupo/público alvo, e assim, colher os seus dados através das perceptivas dos(as) próprios(as), levando em conta a qualidade das informações, e não a quantidade/números.

Por sua vez, foi feita também uma pesquisa bibliográfica assim, “(...) desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” (GIL, 2008, p. 50)

Ainda foram realizadas algumas entrevistas, onde foram coletadas informações referentes à temática aqui trabalhada. A primeira entrevista foi realizada com a Coordenadora da educação inclusiva da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Redenção/CE, na ocasião entrei em contato com a mesma, para conversar acerca da minha pesquisa e interesse em realizar a entrevista com ela, que prontamente se colocou à disposição para colaborar.

Após a conversa e entrevista com a citada coordenadora, a mesma me repassou uma planilha com o número de crianças com deficiência e Necessidades Educativas Especiais, matriculadas na rede municipal de Redenção. Com isso, tive acesso à esses dados para compor a minha pesquisa.

Em outra ocasião, após análise da planilha, construí uma tabela com o número de estudantes com TEA matriculados(as) nas turmas de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º anos da rede pública da cidade. A partir desse mapeamento, parti para a outra fase da pesquisa, a entrevista com os(as) professores(as) dessas turmas. Que foi efetuada através de um questionário online, onde 14 docentes responderam de forma voluntária. Ao todo, consegui colher as respostas de professores(as) de 7 (sete) escolas, do município, mais a escola campo (pesquisada).

O intuito de realizar as entrevistas, era de perceber o olhar do(a) professor(a), frente ao autismo e à inclusão de alunos(as) com TEA, em suas turmas, como se sentem e qual o nível de conhecimento em relação ao Transtorno do Espectro Autista em crianças dos anos iniciais.

A referida pesquisa foi desenvolvida no âmbito da Escola Municipal de Ensino Fundamental I, Dr. Edmilson Barros de Oliveira, que se localiza à rua Castro Alves, s/n – Centro Comunitário, zona urbana (sede), da cidade de Redenção, no estado do Ceará.

Foi construída em 25 de março de 1988, no mandato do prefeito Sebastião Paulino de Freitas, por meio do Programa Toda Criança na Escola, instituída para atender a crianças que se encontravam em estado de vulnerabilidade econômica social, ou seja, pessoas de baixa renda, que moravam próximas a bairros periféricos da cidade, sendo mantida pela Prefeitura Municipal de Redenção.

A escola recebeu esse nome em homenagem ao médico redencionista, Dr. Edmilson Barros de Oliveira. No ano de 2002, a instituição conseguiu o seu primeiro reconhecimento e credenciamento para funcionar, junto ao Conselho de Educação do Estado do Ceará.

Ao iniciar os trabalhos escolares, contou com 345 alunos/as, número esse que só foi crescendo com o passar dos anos, tanto que, chegou a marca de 976 estudantes, o que fez com que algumas turmas funcionassem temporariamente na escola estadual, Adolfo Ferreira de Souza, localizada também em Redenção, durante o tempo em que era construído uma escola anexo, próxima as suas instalações. Essa nova escola anexo, recebeu o nome de uma professora bastante conhecida e conceituada, Maria Augusta Russo dos Santos.

No ano de 2010, passou a receber o Fundamental I e II, além da Educação de Jovens e Adultos - EJA e a Educação Especial. Em 2012, a então

escola Maria Augusta Russo, já não seria mais anexo da escola Dr. Edimilson Barros de Oliveira, que atualmente atende exclusivamente o Ensino Fundamental I.

Hoje em dia, conta, inicialmente, com 372 discentes, entre eles, estudantes da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, com atendimento especializado no Centro de Educação Especial - CEE, e esses acompanhamentos acontecem na escola Maria Augusta Russo dos Santos.

Sobre o espaço físico, a escola conta com:

- 7 salas de aula convencionais;
- 1 sala para reforço escolar;
- 1 sala climatizada de apoio às crianças com necessidades educacionais especiais;
- 1 sala climatizada de leitura;
- 1 secretaria;
- 1 cozinha com depósito para armazenar a merenda escola;
- 1 sala de professores/as;
- 1 recepção com acesso ao almoxarifado.

Segundo o seu Projeto Político Pedagógico – PPP tem como visão e missão, respectivamente:

- Tornar-se uma escola municipal de referência no município de Redenção pela qualidade do ensino-aprendizagem e atendimento de excelência.
- Oferecer uma educação de qualidade através de trabalho pedagógico voltado para aprendizagem dos alunos, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e participativos. (PPP, 2021, p.7)

Conforme isso, podemos perceber que a escola tem seus objetivos quanto à formação de seus/suas estudantes, que se preocupa em oferecer uma educação de qualidade para a comunidade acadêmica e externa.

A seguir será abordado sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Autismo.

6 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA) OU AUTISMO

O Autismo ou Transtorno do Espectro Autista (TEA) é considerado um distúrbio do desenvolvimento do ser humano, colocando assim a explicação acerca dessa condição, Oliveira (2020), mostra que

O autismo não tem causa definida. É um transtorno que provoca atraso no desenvolvimento infantil, comprometendo principalmente sua socialização, comunicação e imaginação. Manifesta-se até os três anos de idade e ocorre quatro vezes mais em meninos do que em meninas. Algumas características são bem gerais e marcantes, como a tendência ao isolamento, a ausência de movimento antecipatório, as dificuldades na comunicação, as alterações na linguagem, com ecolalia e inversão pronominal, os problemas comportamentais com atividades e movimentos repetitivos, a resistência a mudanças e a limitação de atividade espontânea. (OLIVEIRA, 2020, p. 1)

Como apresentado na citação, o Autismo se dá a partir de uma série de características em que a criança logo na infância começa a demonstrar, vários aspectos sintomáticos que caracterizam o processo de diagnóstico do Autismo, e que vem assim, a se estender até a vida adulta.

Em relação à percepção desses primeiros sintomas, Zanon (2014), mostra que, “devido à convivência diária, envolvendo diferentes contextos e ocasiões, reconhece-se que, na maioria das vezes, são os pais, e não os profissionais, os primeiros a suspeitarem de problemas no desenvolvimento da criança”. (ZANON et al 2014, p. 26)

Podemos ver que assim, a família, em grande parte das vezes é a primeira a perceber esses sintomas, justamente pelo que Zanon (Idem) explica, por causa desse contato diário, mas que isso não deixa de também ocorrer em outros espaços, pois isso também pode ocorrer na escola, já que lá também existe uma convivência diária.

Um ponto a se destacar em relação ao diagnóstico, é sobre o atraso do desenvolvimento da linguagem da criança, sobre isso Zanon (Idem) explica que “Em relação à natureza dos primeiros sintomas observados pelos pais, o atraso no desenvolvimento da comunicação e da linguagem é o sintoma relatado com maior frequência” (p. 27), e, assim, a autora ainda complementa dizendo que

A habilidade de compartilhar as descobertas sobre o mundo (atenção compartilhada), através do olhar, da atividade gestual (e.g., apontar, mostrar e dar objetos para os outros) e de expressões emocionais, é um marco no desenvolvimento sociocomunicativo da criança, cuja ausência é um importante elemento diagnóstico do TEA. (ZANON et al 2014, p. 27)

Apontando assim que, mesmo pequenos “avanços” na comunicação da criança, já são demonstrativos de evolução na sua comunicação social.

Já em relação à idade em que esses sintomas são mais aparentes, pode se dizer que é por volta dos 2-3 anos de idade, e como antes desse tempo a criança ainda não tem uma linguagem propriamente desenvolvida, alguns pais não conseguem perceber o Autismo nessa faixa etária. Nesse ponto de vista, Serra (2010) pontua que

É muito comum, ao perguntar às famílias sobre o aparecimento dos sintomas, receber como resposta que eles eram ‘normais’ até os 3 anos de idade. De fato, os médicos também têm dificuldades para concluir um diagnóstico antes dessa idade, e isso tem uma razão de ser: até 1 ano e 8 meses, o bebê possui uma pré-linguagem, com balbucios, ecolalia, repetição do que o adulto tenta lhe dizer. Aproximadamente entre 2 e 3 anos, a linguagem pragmática e funcional deverá aparecer. É o momento de o cérebro ‘fabricar’ a própria linguagem e não repetir a dos seus pares. Nesse momento, a linguagem do autista ‘some’. Ou melhor, ela nunca existiu. Mas, para os pais, ela existiu e desapareceu, e isso reforça a impressão de que seus filhos não eram autistas e ficaram depois. (SERRA, 2010, p. 42)

Há ainda uma grande dificuldade em se dizer propriamente, quando começam os primeiros sinais do TEA, já que nos primeiros anos de vida, a criança ainda está desenvolvendo a sua linguagem, nesse momento, ela apenas produz alguns sons, que não são, ainda, como Serra (2010) diz, “a linguagem pragmática e funcional”, que só vem a ser desenvolvida posteriormente, por isso, há ainda uma complexidade em se realizar um diagnóstico logo nessa fase inicial da vida da criança.

O termo Autismo teve suas primeiras formulações na década de 1940, pelo médico Leo Kanner, este por sua vez se baseou nas fundamentações de outro médico, Eugen Bleuler, que expôs a palavra Autismo no ano de 1911. Este termo teve muitas variações em seu “significado”, de modo que “Inicialmente Kanner chamou de distúrbio autístico do contato afetivo...Porém mais tarde Kanner substituiu o termo distúrbio autístico para autismo infantil precoce para caracterizar a natureza do comprometimento.” (BATTIST & HECK, 2015, p.7)

Com isso, vemos que até chegar ao termo que conhecemos hoje, que é o Transtorno do Espectro Autista, essa nomenclatura passou por algumas classificações de acordo com os médicos que o estudaram inicialmente.

A seguir será tratado do Autismo e a Inclusão Escolar.

6.1 AUTISMO E A INCLUSÃO ESCOLAR

Pessoas que tenham qualquer limitação seja ela física, intelectual, dentre outras, estão amparadas pela lei nº 13.146 de julho de 2015, estando em seus artigos disposto

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Entende-se, portanto, como muito significativa a aplicação e efetivação da lei nº 13.146 de julho de 2015, pois a mesma vem instituir condições na qual as pessoas com deficiência tenham plenos direitos de inclusão na sociedade, e assim, de plena cidadania.

Assim, a inclusão é tida por lei, onde todos/as tem o direito a serem incluídos(as) e respeitados(as) no cotidiano social, há ainda a lei que assegura direitos os(as) pessoas com o Transtorno do Espectro Autista, que é a lei 12.764 de 27 de dezembro de 2012, onde está dito

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012)

Essa lei é também conhecida como lei Berenice Piana, mulher que teve grande importância na construção dessa legislação. A lei recebeu essa nomenclatura justamente por ser a mãe de uma criança autista e que assim lutou bastante para que seu filho tivesse seus direitos garantidos, ela se tornou um marco diante dessa lei, que hoje acolhe diversas pessoas com TEA.

Com base no que foi exposto acima, pessoas com TEA possuem alguns sintomas/sinais que, caracterizam uma pessoa, nessa condição. Dentre as características mais comuns, estão o comprometimento na sua fala/comunicação, onde isso fica visível diante da dificuldade na interação social, assim como também demonstram certos padrões de comportamentos repetitivos, esses são só algumas das características, lembrando também que, cada pessoa pode apresentar características e níveis diferentes umas das outras, daí vem o termo “Espectro”, que indica essa dimensão dentro do autismo.

Ainda no artigo 3º, da mesma lei, vemos quais são os direitos que asseguram os(as) autistas, e ainda uma série de acessos que lhes são garantidos, como logo abaixo descritos

Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:

I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;

II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;

III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo:

a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo;

b) o atendimento multiprofissional;

c) a nutrição adequada e a terapia nutricional;

d) os medicamentos;

e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;

IV - o acesso:

a) à educação e ao ensino profissionalizante;

b) à moradia, inclusive à residência protegida;

c) ao mercado de trabalho;

d) à previdência social e à assistência social. (BRASIL, 2012).

Pode-se perceber que pessoas com autismo tem seus direitos resguardados em lei, daí a inclusão se faz necessária em vários âmbitos, como por exemplo, ter acesso a empregos, escolas e demais espaços, assim como também ter assistência em diversas áreas, seja na esfera médica ou não, fazendo com que o(a) autista possa gozar plenamente de seus direitos.

Como podemos ver, muitos são os direitos garantidos às pessoas com autismo, mas sabemos também que nem sempre isso acontece na prática, pois a exemplo, no mercado de trabalho, quase não há pessoas portadoras de autismo inclusas nos ambientes de trabalho.

Em relação ao ambiente escolar, esta inclusão também deve ser cumprida e respeitada, pois

a escola para maioria das crianças brasileiras é o único espaço de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, ou seja, é o lugar que vai lhes proporcionar condições de desenvolver e de tornar-se um cidadão, alguém com identidade social e cultural. (ROMITO et al, 2011. p. 3)

A inclusão, das crianças autistas é muito importante, ideia defendida por Cunha (2015) ao dizer:

inserir o autista na escola é assim proporcionar que este aluno possa frequentar a sala de aula e participar de todas as atividades escolares. Além disso, as outras crianças da turma aprendem a lidar com as diferenças e tornam-se adultos com menos preconceitos. (CUNHA, 2015, p. 35)

Está prevista em lei, e assim, ela deve ser cumprida, fazer a inclusão não só de crianças autistas, mas também de outras crianças é muito importante e segundo Silva (2015) a escola é uma

instituição voltada para a constituição de sujeitos sociais e ao afirmar um compromisso com a cidadania, coloque em análise suas relações, suas práticas, as informações e os valores que veicula. Portanto, por meio da educação para a valorização da diversidade pode-se combater, no plano das atitudes, a discriminação manifestada em gestos, comportamentos e palavras. (SILVA, 2015, p. 19)

Com isso, a escola torna-se um espaço que é também, um espaço onde “deve preparar para o futuro e certamente se as crianças com necessidades especiais que conviverem, aprenderem a valorizar a diversidade nas suas salas de aula serão adultos bem diferentes de nós” (ROMITTO et al, 2011. p. 4)

Vale ressaltar ainda que,

O movimento inclusivo nas escolas, por mais que seja ainda muito contestado, pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, especialmente no meio educacional, é irreversível e precisa convencer a

todos pela ética de seu posicionamento social. A inclusão está denunciando o abismo existente entre o velho e o novo na instituição escolar brasileira. A inclusão é reveladora dessa distância que precisa ser preenchida com as ações. Assim sendo o futuro da escola inclusiva está dependendo de uma expansão rápida dos projetos verdadeiramente comprometidos em transformar a escola, para se adequar aos novos tempos. (ROMITTO et al, 2011, p. 4)

Diante dessa legislação, é importante saber como acontece essa inclusão de crianças com TEA na escola, saber como acontece no cotidiano dessas crianças, dos(as) professores(as) e demais agentes da escola. Compreender como de fato isso se “materializa” no dia a dia, pois sabemos que a educação inclusiva é um direito que se faz a todas as crianças e jovens para que consigam ter acesso a uma educação de qualidade e realmente inclusiva na sua prática.

Por muito tempo, as pessoas com alguma deficiência, seja ela física ou mental, segundo Nogueira (2019),

viviam excluídas da sociedade, com o passar do tempo, através de estudos médicos, psicológicos, e com a própria lógica e convivência humana foi se percebendo e se comprovando que nem toda deficiência deixava a pessoa incapaz de realizar atividades intelectuais e da vida diária, por isso houve a necessidade de integrar os deficientes ao convívio escolar e social. (NOGUEIRA, 2019. p. 26)

Dessa maneira, percebe-se o quanto a pessoa com deficiência vivia à margem da sociedade, daqueles ditos “normais”, e não tinham o direito de conviver em meio social. Mas com o passar do tempo e com o avanço dos estudos acerca dessa condição da deficiência, assim como estudos “psicológicos e atualmente pedagógicos, sobre o que fazer e como tratar os deficientes no mundo, o pensamento e as ações das pessoas estão mudando para uma melhor compreensão”. (NOGUEIRA, 2019, p. 27)

O caminho foi árduo até chegar até hoje, as PcD's (termo utilizado para se referir às pessoas com deficiência, seja ela intelectual, física, sensorial ou múltiplas) tenham livre acesso à diversos espaços, situação que na antiguidade e até a algum tempo atrás não podiam, pois eram vistas com desprezo e abominação. (NOGUEIRA, 2019, p. 26)

Hoje, a escola é um dos espaços que, tem instituído a política da inclusão, e assim, oferecido à muitas crianças, o direito de estarem frequentando e de estarem em contato com a comunidade escolar, o que vem assim a beneficiar o seu desenvolvimento sócio-comunicativo.

A educação inclusiva ainda passa por desafios, de modo que Batista e Cardoso (2020) afirmam que,

A inclusão é um desafio para a escola como um todo, sendo necessário o conhecimento do meio em que a criança está inserida para que as atividades propostas na escola fiquem próximas da realidade vivenciada pelo incluso, e assim ele se adapte com maior facilidade ao contexto educativo e participe ativamente do processo de aprendizagem. (BATISTA & CARDOSO, 2020, p. 4)

Nisso, percebe-se que somente o ato de colocar as crianças em sala promovendo a inserção delas na educação regular, não é o suficiente, pois a inclusão no sentido de fazê-las realmente se ambientar e aprender vai além dessa condição. De modo que “Além do envolvimento da família no processo educativo e das atividades escolares, faz-se necessário que a parceria pedagógica seja uma constante aliada no trabalho docente, para que esse seja bem-sucedido.” (Idem, 2020, p. 4)

Ao falar em parceria pedagógica, vem à mente o tipo de material que é ofertado à criança, assim, compreende-se como sendo de extrema importância analisar a seleção desses materiais, como expressado por VÍLCHEZ (2018)

o processo de inclusão na sala de aula deve apresentar uma diversidade de práticas didáticas, com aprendizagens diferenciadas e materiais adaptados, que potencializem as habilidades dos estudantes com deficiência e com conteúdos que estejam acordo com suas experiências. Por exemplo, esse processo de ensino/aprendizagem poderia aprofundar sua comunicação, seu desenvolvimento psicomotor, dentre outras atividades, fortalecendo sua autoconfiança e autoestima. (VÍLCHEZ. 2018, p.18)

Pensar na criança como num todo, olhando para o seu pleno desenvolvimento, dando-lhe a possibilidade de desenvolver a sua autoconfiança e autonomia, é uma questão que deve ser reconhecida e tida como fundamental nesse processo de inclusão. De modo, que deve estar pautada na criança a fim de reconhecer e estabelecer a promoção do direito à uma educação de qualidade.

Quando a escola e a família estão compromissadas com a educação e estão em um diálogo afim de um mesmo objetivo, ambas contribuem para a realização de um bom trabalho, é direito e dever das famílias e comunidade estarem cientes acerca dos assuntos escolares, pelos quais elas têm total direito a participar.

Perante o exposto, é significativo sabermos e estarmos inteirados/as com o que acontece no âmbito escolar, como a escola lida com as diferentes demandas e como se organiza para agir e dirimir desafios e inquietações.

Pensar no desenvolvimento integral da criança e principalmente das crianças com deficiência e com Necessidades Educativas Especiais, assim como proporcionar uma educação realmente inclusiva na perspectiva da educação especial, é essencial. Assim, é sempre pertinente explorar e sempre averiguar as ações desenvolvidas pela escola e pelo estado, no intuito de oferecer uma educação empenhada em cumprir o que está disposto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Logo abaixo faremos a Análise dos dados coletados pelas entrevistas.

7 ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

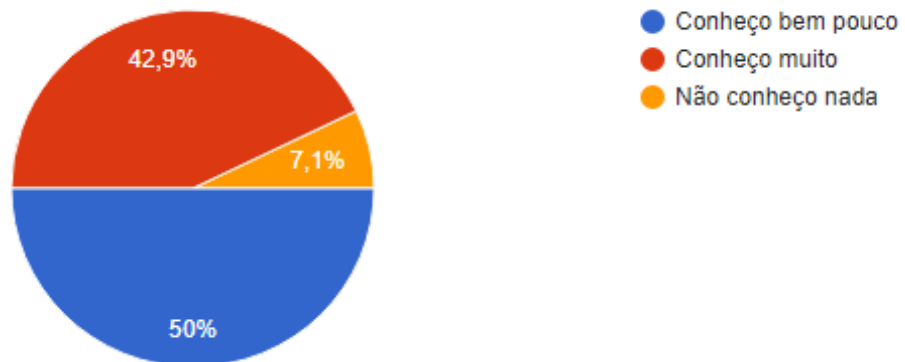
Os dados colhidos para o desenvolvimento da pesquisa foram apurados por meio de entrevista com a coordenadora da educação inclusiva do município de Redenção (Ce), entrevista com a diretora da escola pesquisada e de um questionário aplicado de forma on-line com docentes de 7 (sete) escolas da referida cidade.

Sobre o público que respondeu ao questionário, 85,7% é formado pelo sexo feminino e 14,3%, pelo sexo masculino, ficando a faixa etária, em sua maioria, acima dos 30 anos. E todos(as) com curso superior, majoritariamente, graduado(as) em Pedagogia. Tendo ainda, aqueles(as) com especialização na área da educação.

Sobre o tempo de atuação, há professores(as) que têm entre 2 e 32 anos de trabalho na docência, e em relação as séries onde lecionam, 28,6% dos(as) informantes que responderam, não estão atuando diretamente em uma turma, isso porque: 14,3% atuam no 1º ano, 28,6% atuam no 3º ano, 14,3% atuam no 4º ano e, por fim, 14,3% atuam no 5º ano.

Quando perguntados(as) sobre o nível de conhecimento referente ao Transtorno do Espectro Autista, podemos observar no gráfico abaixo que, a maioria respondeu que conhece bem pouco sobre o assunto, cerca de 50% dos(as) que responderam. Sobre aqueles que afirmaram conhecer muito, a porcentagem ficou em 42,9%, e dos(as) que não conhecem nada é de 7,1%.

Gráfico 02 - Você conhece ou sabe do que se trata o Autismo/TEA – Transtorno do Espectro Autista?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

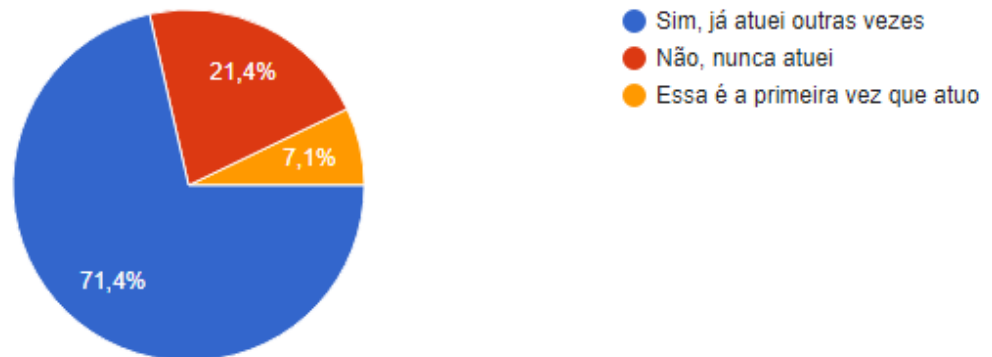
Com base nessas informações, podemos analisar que a maioria das pessoas que responderam o questionário ainda conhece bem pouco sobre o TEA. Sobre essa questão Sousa (2015), coloca que,

...o ambiente escolar, como uma instituição da sociedade tem o dever de adaptar e proporcionar aos alunos autistas a oportunidade de conviver socialmente. E para que isso aconteça é necessário que a comunidade escolar, principalmente os professores tenham conhecimento do que é autismo, mas na maioria dos casos encontramos professores despreparados e alheios ao assunto. (SOUSA, 2015, p.15)

Sendo assim, só se reafirma a necessidade de introduzir mais a temática do Autismo no espaço escolar e nas formações de professores(as), assim, a inclusão se faz, também, ao introduzir assuntos pertinentes a serem debatidos no contexto da escola.

Grande parte dos(as) respondentes do questionário manifestaram que já atuaram outras vezes com crianças com TEA (71,4%), enquanto que 21,4% responderam que nunca atuou e 7,1%, estão atuando pela primeira vez.

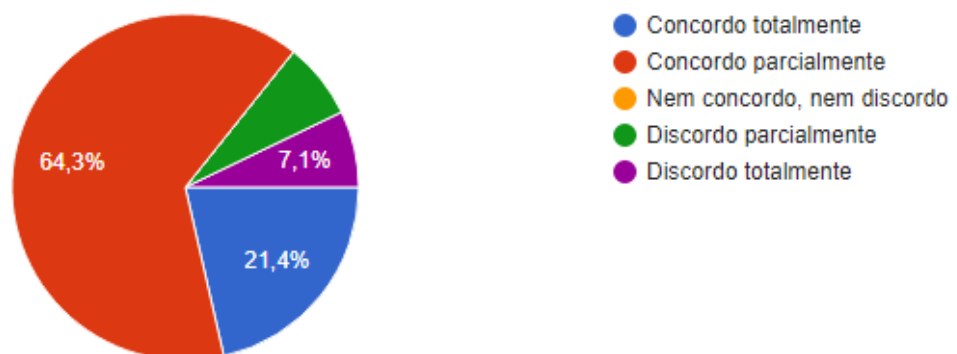
Gráfico 03 - Já atuou outras vezes em turmas com alunos(as) autistas?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Em relação à pergunta “*Você sente que está preparado(a) para trabalhar com alunos(as) autistas em sala de aula?*”, podemos observar no gráfico abaixo que, majoritariamente, concordam parcialmente, ou seja, 64,3% dos(as) que responderam, seguidos de 21,4% que concordam totalmente sobre estarem preparados/as.

Gráfico 04 - Você sente que está preparado(a) para trabalhar com alunos(as) autistas em sala de aula?



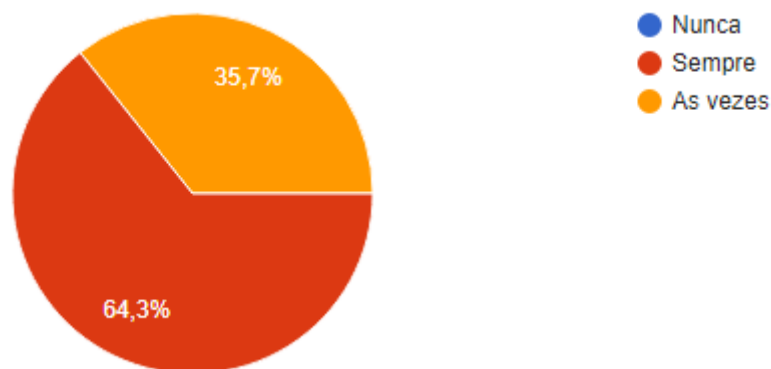
Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Dessa forma, ainda é perceptível que a maior parte dos(as) docentes, não se sente totalmente preparados(as) para atuarem com o TEA. Na entrevista com a

coordenadora da educação inclusiva do município, perguntei se os(as) professores(as) tinham capacitações na área em questão, a mesma respondeu que sim, porém sabemos que há uma demanda grande nas temáticas de formação, e que elas não conseguem contemplar de maneira totalmente integral a um assunto.

Mesmo não dominando a questão do Transtorno do Espectro Autista, quando questionados(as) se procuram, em suas práticas pedagógicas, incluir as crianças com TEA, 64,3% dos(as) docentes respondeu que sempre busca fazer isso, e 35,7% só fazem às vezes, conforme o gráfico abaixo, podemos verificar esses dados.

Gráfico 05 - Em suas práticas pedagógicas, você procura possibilitar a inclusão dos(as) alunos(as) autistas?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

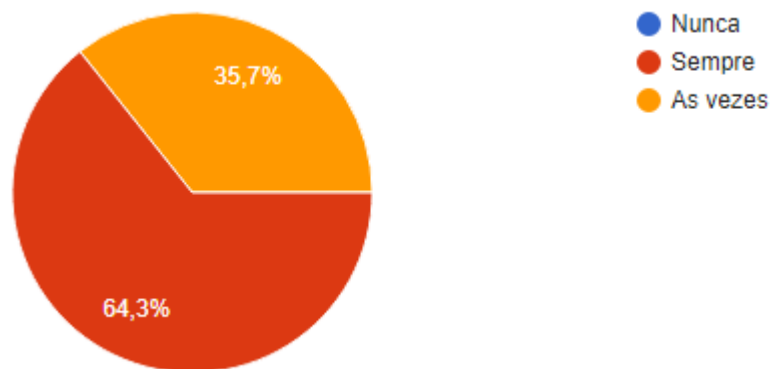
Diante disso, é significativo que essas crianças estejam inclusas nas atividades escolares e que sejam acolhidos(as), acima de tudo com respeito. Oliveira (2020) participa desse debate dizendo que,

O professor deve desenvolver metodologias de aprendizagem para que o aluno autista consiga se comunicar e se desenvolver. O conteúdo do programa de uma criança autista deve estar de acordo com seu desenvolvimento e potencial, de acordo com a sua idade e de acordo com o seu interesse; o ensino é o principal objetivo a ser alcançado, e sua continuidade é muito importante, para que elas se tornem independentes. Trabalhar com alunos autistas exige o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas que acolham todos e respeitem as diferenças. (OLIVEIRA, 2020, p. 3)

Nesse sentido, é preciso, além de incluir a criança com TEA, proporcionar a ela, uma aprendizagem acessível, onde as metodologias visem o desenvolvimento como do todo daquele(a) estudante, é preciso também propiciar práticas integrativas e que prezem pela autonomia da criança.

Referente à pergunta: *Você busca realizar práticas pedagógicas ou recursos que possibilitem um melhor aprendizado aos(às) alunos(as) autistas?* Foi possível evidenciar que 64,3% dos/as docentes, afirmou que sempre buscam trazer recursos, e 35,7% respondeu, às vezes, como observado no gráfico 06.

Gráfico 06 - Você busca realizar práticas pedagógicas ou recursos que possibilitem um melhor aprendizado aos(às) alunos(as) autistas?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Pletsch e Lima (2014) complementam que,

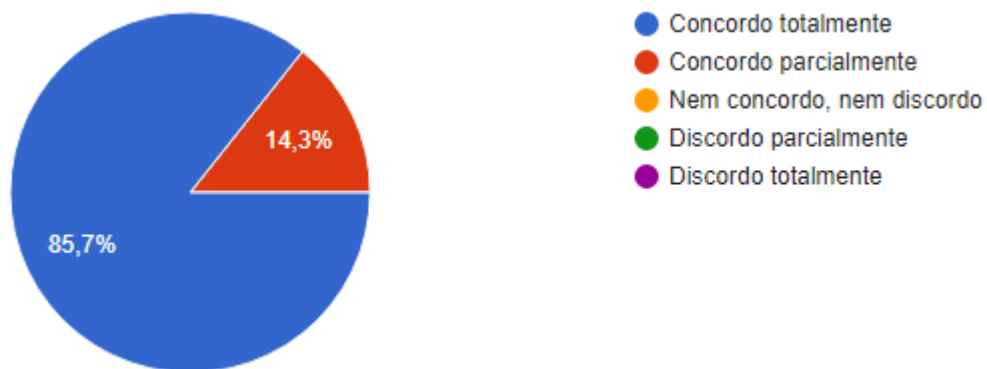
Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola comum, em uma sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade. (PLETSCH e LIMA, 2014, p. 6)

Dessa forma, é reforçada a ideia de que incluir não é somente ter a matrícula na escola, não é somente criar oportunidade dessa criança estar nesse

espaço, mas de fato, ser inclusa nas atividades cotidianas, objetivando o seu pleno desenvolvimento e na sociedade, com direito ao respeito e à exercer a cidadania.

Referente à inclusão dessas crianças nas atividades escolares, quando feita a seguinte pergunta: *Você acha que é importante a inclusão de autistas com outras crianças nas atividades da escola?* A porcentagem ficou assim, conforme observado no gráfico a seguir:

Gráfico 07 - Você acha que é importante a inclusão de autistas com outras crianças nas atividades da escola?



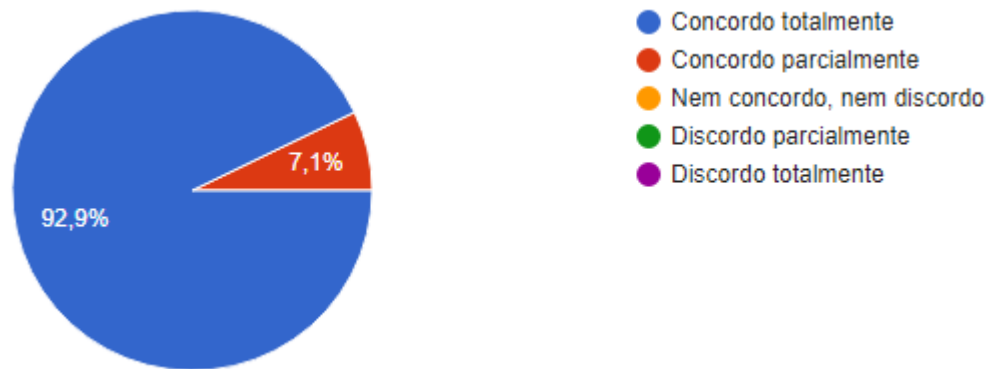
Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

A partir do observado, verifica-se que 85,7% dos(as) respondentes, concordam totalmente sobre essa inclusão, o que é um número considerável, frente aqueles(as) que concordam parcialmente, que é de 14,3%. Sobre a inclusão nas atividades cotidianas, Oliveira (2020), coloca que “As atividades lúdicas são importante para o desenvolvimento social, cognitivo, a capacidade psicomotora e afetiva da criança autista, proporcionando o prazer de aprender e se desenvolver” (OLIVEIRA, 2020, p. 3).

Dessa maneira, proporcionar essa interação com as outras crianças, pode acarretar numa série de benefícios ao desenvolvimento da criança como autismo, como exemplo, afetividade, sociabilidade, aprendizagem e outras áreas. Conforme o gráfico 08, vemos as respostas em relação à seguinte pergunta: *Você procura estabelecer um bom relacionamento com essas crianças?* Sendo que 92,9%

responderam que concordam totalmente e 7,1% informaram que concordam parcialmente.

Gráfico 08 - Você procura estabelecer um bom relacionamento com essas crianças?

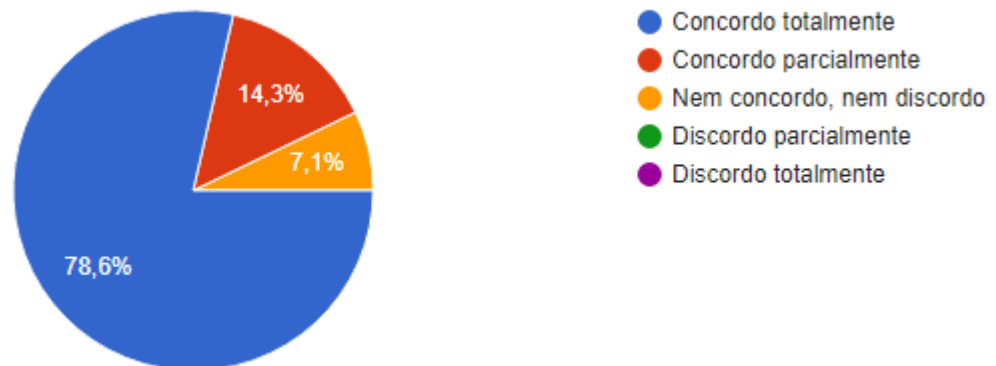


Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Diante disso, a partir do gráfico, vemos que sim, é grande a porcentagem de docentes que buscam criar um bom relacionamento com seus(suas) alunos(as), o que vem a ser imprescindível para abrir espaço para se criar afetividade e bons laços entre discentes e docentes.

Quando perguntado se os(as) discentes são incentivados(as) a participarem das aulas, podemos verificar que 78,6% dos(as) que responderam ao questionário, concordam totalmente, sendo que 14,3% concordam parcialmente e 7,1% não concordam, nem discordam, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 09 – Os(as) alunos são incentivados a participar das aulas?

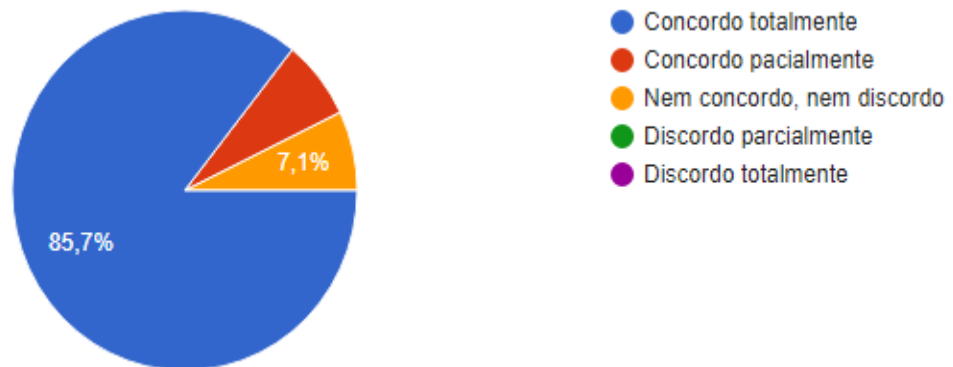


Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Deste modo, percebe-se que, esses(as) docentes tem a plena consciência de que incentivar as crianças a participarem das aulas, é importante, isso é benéfico, não só para as crianças autistas, mas para as demais, “pois estas acabam convivendo com outras pessoas da mesma faixa etária e tendo as mesmas oportunidades, pois são instigadas a colocar em prática suas capacidades.” (BATTIST e HECK, 2015, p.14)

Em relação ao interesse dos(as) professores(as) em participarem de cursos voltados à temática do Transtorno do Espectro Autista, as porcentagens ficaram da seguinte forma, como mostrado no gráfico 10.

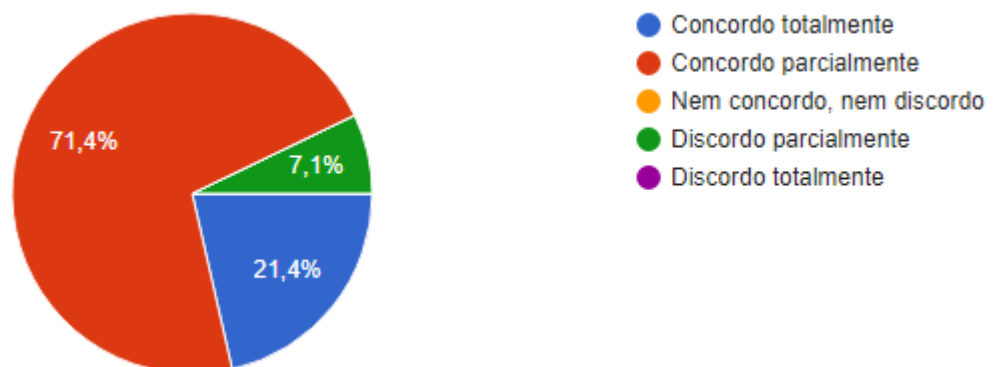
Gráfico 10 - Você gostaria de participar de formações ou cursos, voltados à inclusão de crianças autistas?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Como visto, a porcentagem é de 85,7% dos(as) interessados(as) em participar de cursos ou formações sobre o Autismo. Com isso, vê-se que de alguma forma eles(as) percebem a relevância em estudar o assunto, que têm essa curiosidade, e isso vem a ser uma questão positiva, já que 71,4% responderam (como citado acima), alegaram que concordam parcialmente com o fato de sentirem dificuldade de lecionarem em turmas com crianças autistas, seguidos de 21,4% que concordam totalmente e 7,1% discordam parcialmente, como percebido no gráfico 11.

Gráfico 11 - Sente dificuldades em lecionar em turmas com autistas?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Percebe-se que muitas vezes essa dificuldade advém da insegurança em trabalhar com o(a) aluno(a) autista e a necessidade em se adquirir uma formação, haja vista que se o(a) docente não conhece determinado assunto, como proceder pedagogicamente? Nesse sentido, Sousa (2015) coloca que,

O desafio de trabalhar com um aluno autista é grande, necessitando de bastante conhecimento e preparo para seu acompanhamento, além de formação acadêmica, a sensibilidade e acuidade do professor são extremamente importantes para compreender o compreender e trabalhar com o aluno autista. (SOUSA, 2015, p.17)

Dessa maneira, sabe-se que é desafiante e muito árduo atuar frente ao autismo, e é por isso que é importante que o(a) professor(a) esteja buscando a sua qualificação, e para isso, é preciso também que os órgãos responsáveis frente à educação proporcionem e ofereçam cursos e capacitações para os(as) profissionais da docência, assim como outras áreas.

No caso da escola pesquisada, quando abordei a questão dos(as) professores(as), a diretora citou uma iniciativa bem interessante, de convidar a equipe de profissionais que atendem as crianças, para uma conversa com o corpo docente da escola. Na seguinte fala, ela expressa:

“As crianças passam por uma equipe multidisciplinar... e elas são muito boas, eu até convidei... no último planejamento... pra elas virem, né... explicar para as professoras... tirarem as dúvidas... elas participaram do planejamento e foi muito bom... que elas são muito boas... falaram que se tiver alguma mãe precisando de um acompanhamento pode mandar pra elas...

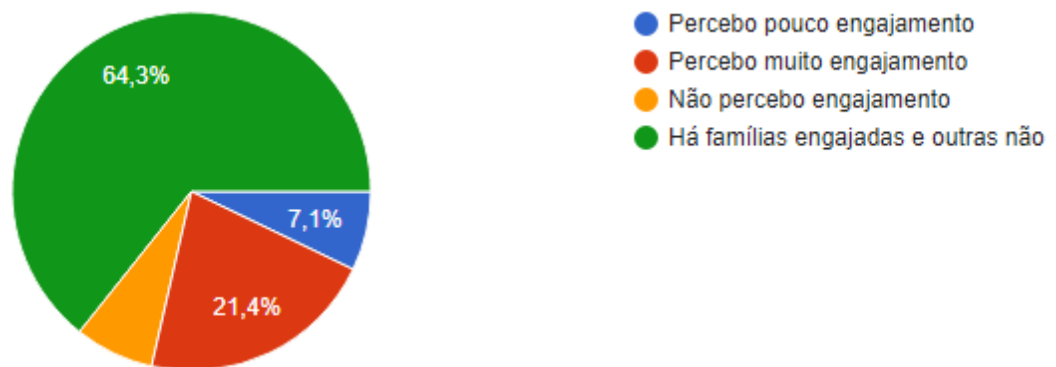
...virem pra conversar com os professores... que os professores tem muitas dúvidas a esse respeito... muitas dúvidas...

E assim.... essas crianças são altamente criativas... o que precisa é que o professor esteja preparado pra estimular o crescimento deles...” (Fala da diretora)

Essa ação, torna-se importante, haja visto que é uma iniciativa que pode ajudar esses(as) professores(as) a compreenderem muitas questões relacionadas a essas crianças e ao seu desenvolvimento.

No que diz respeito ao engajamento da família no processo escolar das crianças, os(as) docentes responderam da seguinte forma, como observado no gráfico abaixo. 64,3% relatam que há famílias engajadas e outras não, 21,4% percebe muito engajamento, 7,1% percebem pouco engajamento e 7,1% não percebem essa interação.

Gráfico 12 - Você percebe engajamento por parte dos pais/familiares, no processo de vida escolar das crianças?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Dessa forma, percebemos diferentes pontos de vista, onde a maioria afirma que há famílias que buscam estar envolvidas na vida escolar dos(as) filhos(as) e outras famílias não. Na entrevista feita com a coordenadora da educação inclusiva do município de Redenção, perguntei se as famílias procuram apoio ou o setor responsável por estar acompanhando suas crianças no processo de aprendizagem, sendo que a mesma falou que sim, porém, não todas. Como podemos observar na resposta da mesma:

“Sim, geralmente sim, não a maioria né, a gente sabe que tem uma maioria que ainda deixa alheio, só busca essas... por essas questões de... de... ainda só de... ajustes com relação ao laudo, pra recorrer os direitos né, de assistência, mas existe outra parte que é bem... é... procura bastante a questão da aprendizagem da criança mesmo, o desenvolvimento”. (Fala da coordenadora da educação inclusiva da SME de Redenção (Ce))

Com isso, percebe-se que nem sempre e nem todas as famílias buscam estar acompanhando o desenvolvimento dos(as) filho(as) na escola, sobre esta questão Crepaldi (2017), salienta que,

A participação dos pais na vida da criança é essencial, e quando se estende até a escola, torna-se o processo de aprendizagem uma extensão daquilo que se iniciou em seu convívio familiar. Com essa participação dos pais no processo de ensino aprendizagem, a criança fica mais confiante, uma vez que percebe que todos se interessam por ela, e também porque passam a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos que ela tem. (CREPALDI, 2017, p. 6)

Daí compreende-se acerca da relevância que é a participação da família participar ativamente da vida escolar da criança, pois é essa participação que possibilita a criança aflorar seu desenvolvimento em vários sentidos, e faz com que a mesma tenha a segurança de que está sendo acompanhada por aqueles/as que estão em seu convívio desde o nascimento.

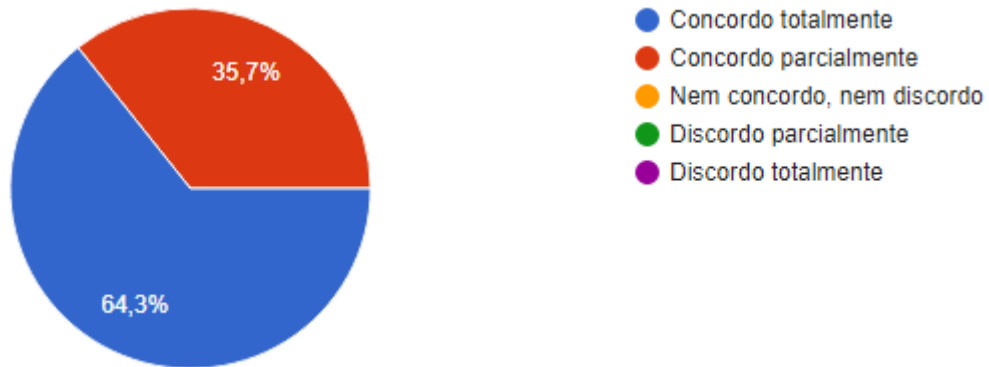
Na conversa com a diretora, ela salienta a importância da família e afirma que, a escola procura acolhê-los também.

“Aqui, além da gente cuidar da criança, tem que cuidar da família também... se eu não cuidar da família não adianta...” (Fala da diretora)

É bem pertinente essa forma de inteirar a família nesse processo, percebe-se na fala da diretora que ela entende a importância em também abraçá-los.

Diante da pergunta do gráfico 13 foi possível constatar que 64,3% dos(as) docentes concordam totalmente que a escola estimula a participação da família no processo escolar das crianças e 35,7% concordam parcialmente.

Gráfico 13 - Você percebe que a escola incentiva os pais/familiares a estarem envolvidos nas atividades e cotidiano escolar das crianças?



Fonte: Dados da pesquisa (questionário online)

Quando falamos em participar, estamos querendo afirmar que “é estar presente em todos os eventos realizados na escola; cobrar seus direitos; ter deveres para com a escola e a criança; participar até nas decisões do que é melhor para a escola” (CREPALDI, 2017, p. 11). Logo, é importante que a família participe ativamente e que ambas, escola e família/comunidade, estejam sempre em diálogo.

Sobre a questão dos(as) cuidadores(as), que são as pessoas que acompanham as crianças com algum tipo de deficiência que necessite de apoio, o município disponibiliza, faz a seleção para bolsistas e designa-os(as) para as escolas municipais da cidade.

Diante da entrevista com a diretora, quando perguntei sobre a atuação dos mesmos, ela abordou que os(as) cuidadores(as) realizam mais uma atividade de acompanhar mesmo, no sentido de dar o suporte que a criança precisa para se locomover ou realizar determinada ação, relata ainda que eles não chegam a dar suporte pedagógico, a não ser que saibam e que se sintam preparados(as) para isso, e que há uma defasagem, e alguns chegam a desistir e isso de fato preocupa, pois é uma criança que deixa de ser acompanhada, e mesmo não atuando diretamente no apoio pedagógico, eles produzem relatórios e observam diariamente a criança, e isso pode ser visto como uma ponte entre escola/sala de aula e SME, e já é uma forma de exercer um diálogo entre esses espaços.

Ainda durante a conversa, perguntei o que a diretora gostaria de melhorar em relação a educação inclusiva, e ela de prontidão coloca:

“O que eu gostaria era exatamente isso, que os professores tivessem um momento de planejamento pra trabalhar só isso... e eu vou até falar isso nos próximos planejamentos coletivos essa questão... porque tá deixando muito a desejar... que eles alegam falta de tempo... e esse dia de planejamento não está sendo o suficiente pra eles fazerem tudo que precisam... é a minha opinião... porque muitas crianças que tem potencial, estão ficando para trás por conta dessa falta de assistência mais direta... o que eu gostaria era isso... que houvesse mais cuidado com eles... e não é só cuidar de levar pro banheiro... a inclusão não é só trazer pra escola... não é só isso...” (Fala da diretora)

Nesse sentido, não basta somente acompanhar, mas realmente planejar uma atividade ou ação que venha a contribuir para o aprendizado desse(a) educando(a), pois “o sucesso da aprendizagem está em explorar talentos, atualizar possibilidades, desenvolver predisposições naturais de cada aluno.” (MANTOAN, 2003, p. 38) dessa forma, é imprescindível que, tanto o(a) professor(a) quanto o(a) cuidador(a), que devem estar em consonância, trabalhem de maneira mais interligada, a fim de buscarem melhores práticas e atividades para possibilitar a aprendizagem e desenvolvimento do(a) estudante.

Com relação à questão das atividades adaptadas, a diretora conta que a escola está com uma falha nesse sentido e que nem sempre e nem todos(as) os(as) professores(as) levam essas atividades para sala, de certo que isso acaba por impactar no processo de aprendizagem, já que essas crianças necessitam participar das atividades escolares e “cabe ao(a) docente elaborar metodologias que vão de encontro a essas necessidades não se furtando em entender que será necessário um olhar especial sobre o aluno(a) que apresenta alguma dificuldade e/ou transtorno” (CASTRO, 2020, p. 23)

Com isso, é fundamentado que o(a) professor(a), esteja empenhado(a) em contribuir com essas práticas a fim de envolver-se nesse processo de inclusão escolar, pois reafirmando aqui, inclusão não é somente matricular na escola, não é somente estar na sala, mas de possibilitar meios para essa interação na prática cotidiana, de efetivar e proporcionar o pleno desenvolvimento da criança.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos houve um perceptível e considerável avanço no número de matrículas escolares de alunos(as) com deficiência, principalmente no âmbito de escolas municipais, isso se torna algo significativo, pois mostra que as políticas de acesso as escolas regulares têm contribuído para que essas crianças estejam inclusas nesse espaço.

Com isso, nota-se também que essa ascensão nas matrículas possibilitou a inserção do Transtorno do Espectro Autista no âmbito escolar, assim como tantas outras deficiências. As questões que giram em torno dessa crescente e importante estatística, é investigar como a escola está recebendo essa demanda, de como está se organizando para receber esses(as) estudantes, e de como age para que essa inclusão não fique somente nos números.

Diante das observações e análises e do objetivo geral dessa pesquisa, que é identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de Transtorno do Espectro Autista nas turmas de Fundamental I, verifica-se primeiramente que, o(a) professor(a) é um(a) importante agente na mediação e no processo educacional de seus discentes, porém, ele(a) sozinho(a) não faz todo o trabalho, que deve sim, ter a interligação e atitude da escola em geral, família, órgãos públicos e sociedade.

Portanto, para fazer acontecer a inclusão, é importante que todos(as) estejam comprometidos em contribuir para tal efetivação, não é uma tarefa fácil, haja visto que mesmo com o avanço das informações e estudos, muitas vezes não sabemos como lidar da melhor forma frente a essa questão.

Não digo que já sabemos fazer a inclusão de forma totalmente satisfatória, pois ainda estamos caminhando nesse processo, ainda estamos aprendendo, mas é perceptível que em relação a algum tempo atrás, hoje vemos um progresso nesse assunto, que foi fruto de muita luta e empenho para que hoje tivéssemos um cenário melhor na educação inclusiva de crianças com deficiência.

É possível ratificar a importância em se introduzir mais a temática relacionada ao autismo nas escolas, da relevância em ter formações voltadas a essa condição, pois como percebido nas respostas dos(as) professores(as), a maioria

entende pouco sobre o assunto e não se sentem totalmente preparados(as) a trabalhar com o autismo, então propiciar e incentivar ações que busquem inteirar não só o corpo docente, mas toda a comunidade escolar e sociedade, é um exercício que irá começar a fazer a diferença nos espaços educativos e irá ter bons frutos.

Sobre as ações desenvolvidas pela escola, percebe-se que são mais em questão de incentivo a participação da família, e preocupação em estar em diálogo com a mesma, assim como incentivo para que as crianças participem das atividades, já em relação às práticas pedagógicas, nem todos(as) os(as) docentes conseguem trazer para suas aulas, e isso não deve se tornar um ato recorrente, pois acaba por afetar ao processo de aprendizagem da criança, ter uma atividade adaptada para ela, torna esse processo mais significativo para seu o desempenho.

Sabe-se também que, mediante uma sala numerosa, a tarefa de conciliar todas as demandas da classe, se torna árdua e desafiante, por isso é essencial dar esse apoio e incentivo a esses(as) profissionais, criar uma rede de diálogo é imprescindível para possibilitar novas formas de incluir e acolher um ao outro.

Conclui-se também da importante relação e colaboração da equipe multidisciplinar do Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional do município, pois reflete no desenvolvimento tanto da criança quanto da escola, por propiciar que esta se torne um ambiente que acolha, entenda e preze pela inclusão.

É importante que cada um e cada uma, estando atuando em sala ou não, e que faça parte da escola, tenha essa reflexão e essa auto avaliação e se faça a seguinte pergunta: de que forma estou contribuindo para fazer uma educação realmente inclusiva na prática? Pensar sobre isso é relevante, pois muitas vezes não paramos para nos questionar sobre tais questões.

Outro ponto que se faz interessante observar é que a mediação dos(as) cuidadores(as) deve ser pautada, e pensada para além de dar somente o suporte a criança e propiciar a participação nas atividades, dessa maneira, devem estar em direta e constante comunicação com o(a) professor(a) da turma, para que juntos possam pensar e sugerir atividades diferentes no sentido de trabalhar a socialização e desenvolvimento da criança.

Por fim, entende-se que é de extrema significância proporcionar uma educação inclusiva para as crianças com Necessidades Educativas Especiais, e que essa é uma tarefa que requer de nós, profissionais da educação, e de toda a

sociedade, disposição, iniciativa e conscientização. Não é fácil, estamos aprendendo a lidar com as especificidades encontradas na escola, mas é um ato que se pararmos para refletir, já avançamos muito, porém, não o bastante. Nisso, continuar trabalhando para fazer acontecer a inclusão escolar de crianças autistas, se faz um exercício contínuo e diário.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Leticia Alves; CARDOSO, Maykon Dhones de Oliveira. **Educação Inclusiva**: desafios e percepções na contemporaneidade. Revista Educação Pública, v. 20, nº 44, 17 de novembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade> acesso em: 10/03/2022

BATTISTI, Aline Vasconcelos; HECK, Giomar Maria Poletto. A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática. **Monografia, Universidade Federal da Fronteira do Sul**, 2015. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/1251/1/BATTIST%20e%20HECK.pdf> Acesso em: 23 abr. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF. 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de Dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF. 2012.

CASTRO, Ana Paula Silva Soares de. **A escola frente ao/a estudante com deficiência**: Tentativas em curso para a inclusão. Redenção, 2020.

CEARÁ, Governo do estado do. 2022. **Evolução da inclusão do aluno com deficiência na educação básica no Ceará**. Disponível em:

https://www.ipece.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/45/2022/01/ipece_informe_205_20_jan_2022.pdf acesso em: 11/05/2020

CUNHA, Izabela Assaiante Moreira da; ZINO, Nataly Melo Alcantara; MARTIM, Rosana Cristina de Oliveira. **A inclusão de crianças com espectro autista: a percepção do professor**. Lins – São Paulo. 2015.

CREPALDI, Elaise Mara Ferreira. A importância da família na escola para a construção do desenvolvimento do aluno. **Anais do XIII EDUCERE-Formação de professores: contextos, sentidos e prática**. Mérida-México, 2017.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.

FEDERAL, Brasil Supremo Tribunal et al. **Constituição da república federativa do Brasil**. Supremo Tribunal Federal, 1988.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. Atlas, São Paulo. 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. Atlas, São Paulo. 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete necessidades educacionais especiais. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/necessidades-educacionais-especiais/> Acesso em 09 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, Lucilene Rosa Magalhaes. **Educação inclusiva no Brasil e no Paraguai**. Porto Alegre: Looz Comunicação, 2019.

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar**: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista> Acesso em: 24 mai. 2022.

PPP, Projeto Político Pedagógico. **Escola Municipal Dr. Edmilson Barros de Oliveira**. Redenção – Ceará. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; LIMA, M. F. C. A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE INCLUSÃO ESCOLAR: PRÁTICAS E DIÁLOGOS**, v. 1, 2014. Disponível em: https://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-Pletsch_e_Lima.pdf Acesso: 10 mar. 2022.

ROMITTO, Maria da Penha Silvério; ROMITO, Paulo Roberto; SIMÃO, Flávio Pavesi; ROMITTO, Jaqueline Maciel; TOBIAS, Gislane da Silva. **Inclusão**: um

compromisso da escola e da sociedade. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos11/39514423.pdf> Acesso em: 05 mar. 2022.

SERRA, Deyse. Autismo, família e inclusão. **Polêmica**, v. 9, n. 1, p. 40 – 56, janeiro/março, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2693> Acesso em: 21 abr. 2022.

SILVA, Vanja Mara Barbosa da. **A diversidade em sala de aula: um desafio sempre atual**. Buritituba – MG, 2015.

SOUSA, Maria Josiane Sousa de. **Professor e o autismo: desafios de uma inclusão com qualidade**. 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/15847/1/2015_MariaJosianeSousaDeSousa_tcc.pdf Acesso em: 23 abr. 2022.

VÍLCHEZ, Ivan Carlos Curioso. Uma escola em transformação: reflexões essenciais de uma educação inclusiva para estudantes com deficiência. In: PAPIM, Angelo Antonio Puzipe; ARAUJO, Mariane Andreuzzi de; PAIXÃO, Kátia de Moura Graça; SILVA, Glaciélma de Fátima da (Orgs.) **Inclusão Escolar: perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. ZANON, Regina Basso. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Jan-Mar. v. 30, n. 1, p. 25-33. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsxVL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt> Acesso em: 13 abr. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de entrevista – Coordenadora de educação inclusiva da SME de Redenção/CE

- Realizada na Secretaria Municipal de Educação de Redenção – Ceará, no dia 16 de agosto de 2021.

1. Há, no município, um setor próprio para atender crianças com necessidades especiais? Qual?
2. Qual o primeiro passo a ser feito para que uma criança seja assistida pelo setor de atendimento especial?
3. Como esse setor age no atendimento dessa criança?
4. Juntamente com quem esse setor age?
5. As escolas do município tem pessoas que dão apoio a essas crianças? Quem são? Como são escolhidas? Qual a formação pedagógica dessas pessoas?
6. Os professores que recebem estudantes com necessidades educativas especiais passam por algum tipo de capacitação?
7. Os pais recorrem a escola para pedir apoio em relação aos filhos?

8. Percebe-se uma participação por parte dos pais no processo de ensino aprendizagem dos filhos?

9. Qual o quantitativo de alunos, no caso, autistas, atendidos em todo o município?

10. Os professores e comunidade escolar, são incentivados a participar das formações ou cursos voltados para a área de educação inclusiva?

11. Como está sendo o atendimento à essas crianças durante o ensino remoto?

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista com a Diretora da escola

1. Qual o primeiro encaminhamento quando chega uma criança autista aqui na escola?
2. Os professores, recebem acompanhamento do NAPE?
3. Em relação aos cuidadores, eles dão suporte pedagógico as crianças?
4. Os professores adaptam os conteúdo/atividades das crianças autistas?
5. Sobre as famílias, elas buscam esse apoio/atendimento para os/as filhos/as?
6. E sobre as atividades que acontecem na escola, as crianças são incentivadas a participar?
7. O que a senhora gostaria que melhorasse aqui na escola ou no município sobre essa questão da educação inclusiva?

APÊNDICE C - Questionário para os/as professores/as da rede pública municipal de Redenção/CE

• perguntas complementares (perfil do/a entrevistado/a)

Sexo:

Faixa etária:

Possui graduação? Se sim, em qual curso?

A quanto tempo atua na direção dessa escola? Caso não seja gestor/a, responder, “não se aplica”

A quanto tempo atua como professor/a? Caso não seja professor/a, responder, “não se aplica”

Em qual série atua?

12. Você conhece ou sabe do que se trata o autismo/TEA – Transtorno do Espectro Autista?
13. Você sente que está preparado/a à trabalhar com alunos/as autistas em sala de aula?
14. Em suas práticas pedagógicas, você procura possibilitar a inclusão dos/as alunos/as autistas?
15. Você busca trazer praticas pedagógicas ou recursos que possibilitem um melhor aprendizado aos/às alunos/as autistas?
16. Você acha que é importante essa inclusão de autistas com outras crianças nas atividades da escola?
17. Você recebe formações a respeito de como atuar em sala frente à crianças autistas?
18. Você gostaria de participar de formações ou cursos, voltados à inclusão de crianças autistas?

19. Sente dificuldades em lecionar em turmas com autistas?
20. A escola está apta à atender e à incluir crianças autistas, assim como de promover a inclusão como num todo?
21. Já atuou outras vezes em turmas com alunos/as autistas?
22. Você procura estabelecer um bom relacionamento com essas crianças?
23. Os/as alunos/as são incentivados à participarem das aulas?
24. Você percebe engajamento por parte dos pais/familiares, no processo de vida escolar das crianças?
25. Há engajamento dos/as demais profissionais da escola, afim de promover essa inclusão?
26. Você percebe que a escola incentiva os pais/familiares à estarem envolvidos nas atividades e cotidiano escolar das crianças?

APÊNDICE D - Transcrição da entrevista realizada com a coordenadora de educação inclusiva do município de Redenção – Ceará

Entrevistadora: Pronto, se no município aqui tem algum setor próprio pra atender crianças com necessidades especiais.

Coordenadora: Tem, a gente tem o Núcleo, né, que se chama NAPE, né, NAPE (Núcleo de Apoio Psicossocial Educacional)

Entrevistadora: Certo...

Coordenadora: Ele funciona aqui na escola Maria Augusta viu, ele por enquanto tá na reforma por conta da questão das reformas em todas as escolas, mas tá sendo implantado atualmente viu

Entrevistadora: Certo!

Entrevistadora: Aí qual o primeiro passo a ser feito pra uma criança ser assistida por esse setor?

Coordenadora: Por esse setor? Ela tem que tá matriculada nas escolas, nas escolas públicas.

Entrevistadora: Como que esse setor age o atendimento à essa criança?

Coordenadora: Pronto, nós temos, dependendo da criança, a gente vai receber o diagnóstico da criança e aí ela é encaminhada dependendo da situação, ou pro psicopedagogo, ou pro psicólogo, ou pro neuro, são todos esses... é... é essa equipe multidisciplinar que a gente tem pro atendimento da criança com necessidade educativa especial.

Entrevistadora: Pronto, aí, juntamente com quem, esse setor age?

Coordenadora: Esse setor, ele age... é... em conjunto com a saúde né... Assim... quando... porque nós fazemos o atendimento educacional, quando não é da nossa parte, a gente encaminha pra questão do... da equipe de saúde.

Entrevistadora: Certo...

Entrevistadora: As escolas do município tem pessoas que dão apoio à essas crianças? Quem são? Como são escolhidas? E qual a formação pedagógica dessas pessoas?

Coordenadora: Pronto, as pessoas responsáveis... é o professor né, é o professor em si, mas nós também temos os cuidadores não é, dependendo da situação de cada criança, se ele precisar de um cuidador, ele tem o cuidador, ele funcionou o cuidador, desde 2017 até 2019, não estamos atualmente porque estamos nessa situação de pandemia, e por conta disso né, ainda não foi aberto um novo edital pra... pra seleção dos cuidadores, mas é provável que esse ano ainda, sim.

Entrevistadora: Certo, e qual a formação deles? Assim quando vocês fazem a seleção?

Coordenadora: Aí tá tudo no edital, né... no edital consta que ele tem que tá cursando desde humanas até pedagogia, pode ser qualquer um desses cursos, e aí ele recebe uma capacitação fornecida pela secretaria de educação, pra se tornar um cuidador.

Entrevistadora: Aí os professores que recebem...

Coordenadora: Ele tem que tá cursando nível superior...

Entrevistadora: Certo, e os professores que recebem essas crianças, eles passam por algum tipo de capacitação?

Coordenadora: Sim sim, recebem, todos eles... eles recebem capacitação.

Entrevistadora: Certo, e os pais, eles recorrem a escola pra pedir o apoio desse setor?

Coordenadora: Sim, geralmente sim, não a maioria né, a gente sabe que tem uma maioria que ainda deixa alheio, só busca essas... por essas questões de... de... ainda só de... ajustes com relação ao laudo, pra recorrer os direitos né, de assistência, mas existe outra parte que é bem... é... procura bastante a questão da aprendizagem da criança mesmo, o desenvolvimento.

Entrevistadora: Percebe-se uma participação por parte dos pais nesse processo?

Coordenadora: Sim, os pais são bem ativos, cobram bastante.

Entrevistadora: Qual o quantitativo de alunos autistas atendidos, sabe dizer?

Coordenadora: Vixe, no momento, só se a gente contar, porque eu não sei se eu tenho anotado aqui ou se eu tenho anotado...

Entrevistadora: Certo.

Coordenadora: Mas eu posso te dar uma... são mais de 30 viu, mas assim o número, só se a gente vê numa planilha, eu posso até te mandar, porque a gente tem essa planilha, ela é aberta aos pais, pra gente saber a quantidade, aos professores, à comunidade escolar em si.

Entrevistadora: Certo, e os professores e a comunidade escolar, eles são incentivados à participar das formações e cursos voltados pra educação inclusiva?

Coordenadora: Bom, a gente tem né, o momento só com os pais, só com os cuidadores, só com os gestores de escola e só com os professores né, a gente faz momentos separados, pra que a gente possa né, saber qual o papel, classificar direitinho o papel de cada um, qual a função de cada um.

Entrevistadora: Aí como tá sendo o atendimento, né, como você falou que não tá tendo o atendimento nesse período de pandemia...

Coordenadora: Pronto, atendimento presencial nesse momento, a gente tá, é... cuidando do retorno, preparando os ambientes, mas já tá acontecendo alguns... é... que sejam assim, gritantes, com relação que esteja com muita dificuldade, a gente tá tendo o atendimento com o psicólogo e também os atendimentos remotos, viu.

Entrevistadora: Certo!

Entrevistadora: Obrigada, eram essas as perguntas.

APÊNDICE E – Transcrição da entrevista com a Diretora da escola

- Realizada nas dependências da própria escola, no período da manhã do dia 20 de junho de 2022.

Entrevistadora: Qual o primeiro encaminhamento quando chega uma criança autista aqui na escola? Por exemplo, chega um pai ou uma mãe com uma criança para matricular e essa criança já vem com o diagnóstico de autismo, qual o primeiro encaminhamento que a escola faz?

Diretora: Quando já vem com o diagnóstico... nem sempre vem, dificilmente vem, são raros os casos que... que os pais chegam aqui já trazendo o diagnóstico. Aconteceu...teve um caso só, ele hoje tá no quinto... ou melhor, quarto ano...ele nunca tinha nem estudado, foi matriculado no primeiro ano, ele hoje já tá no quarto e já vinha com encaminhamento...

...

Diretora: Vai pro psicólogo...vai lá pro...pro... NAP, que hoje é o núcleo de assistência e... não lembro direito da sigla, mas é NAP, lá na escola Maria Augusta. Então a gente... quando já vem com o diagnóstico...porque no diagnóstico, vem dizendo o quê que precisa... tem... é... fonoaudiólogo, psicólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional... eu acho que lá só não tem terapeuta ocupacional. Então é encaminhado para a escola Maria Augusta, e a gente encaminha primeiro o ofício dizendo que a criança precisa desse atendimento, aí primeiro eles fazem o atendimento com os pais, depois com a criança. Quando vem a gente encaminha normalmente, quando chega aqui, é matriculado e o pai não sabe e nunca nem percebeu, é que a gente começa a... a gente...e a equipe toda, eu... mas geralmente são os professores que começam a perceber pelo comportamento da criança que tem alguma coisa errada, diante dos comportamentos deles... a gente passa a observar... eu passo a observar de longe... a coordenadora também e o professor, aí o quê que a gente faz? Manda um ofício para o NAP dizendo que essa criança precisa de um atendimento com o psicopedagogo, primeiro atendimento... mas o primeiro atendimento eles não fazem com a criança, eles fazem com o pai, o

pai ou a mãe. Se for constatado pelo psicopedagogo que ele realmente tem alguma especialidade... que tem indícios... que apresenta alguns sintomas... eles querem um relatório...

Entrevistadora: Certo, faz um relatório...

Diretora: Isso, um relatório do comportamento dele em sala de aula... e lá, a psicopedagoga investiga se realmente for constatado que a criança tem alguma especialidade, no caso... primeiro fala com a mãe e depois com a criança, aí eles encaminham pra psicóloga, passa pra psicóloga... a psicóloga verifica, faz o mesmo procedimento, entrevista com os pais e depois com a criança, aí se ela perceber... constatar, né... que realmente a criança tem alguma especialidade, vai direto pra neuro... isso no caso de quem vem sem o diagnóstico. Eu acho que desses todos aí, eu acho que só tem duas crianças que já vieram com diagnóstico, as outras todas foram encaminhadas pela escola... Aí é esse procedimento de levar pra neuro...

Entrevistadora: Isso, tem mãe que não aceita né?

Diretora: Não aceita, é um sacrifício... ainda tem gente que...ainda tem uma criança aqui do quarto ano, que ele não veio hoje, que os pais não aceitam, a mãe já está aceitando... mas ainda estamos num processo de convencimento... Mas é assim, o procedimento é esse, mas geralmente... dificilmente eles vem com o diagnóstico já... com o CID, né...

Entrevistadora: Hunrum... e os professores? Eles tem acompanhamento também?

Diretora: Não não... eles tem... eles fazem...

Entrevistadora: Eles fazem formação né?

Diretora: Eles fazem no olhometro mesmo... é a prática né...

Entrevistadora: No dia a dia, né...

...

Diretora: Aqui, além da gente cuidar da criança, tem que cuidar da família também... se eu não cuidar da família não adianta... e tem esse caso que está em investigação, mas eu... eu tenho certeza que ele é autista... pela prática que a gente tem... geralmente esses meninos são inteligentíssimos... se você for olhar... a não

ser que o caso seja muito grave... muito grave... o que eles precisam é de estímulos... e ele não tem cuidador ainda... e os cuidadores que vieram, não deu pra suprir essa necessidade aí né... e tem outros em investigação e outras especialidades que precisam de cuidador... a gente observa o quanto eles são inteligentes... que eles precisam é só de acompanhamento... mais da família e da própria escola... ter um cuidador que fique na sala estimulando...

Entrevistadora: Pronto, era justamente esse ponto que eu queria chegar... é... em relação aos cuidadores... eles só acompanham a criança alí na sala, ou eles também dão esse suporte pedagógico?

Diretora: Não, o suporte pedagógico não... até a gente achava que o cuidador tinha que dar esse suporte pedagógico, mas diante das reuniões e das formações, o cuidador é pra... levar ao banheiro... pra olhar se ele tá fazendo a tarefa... mas ele não intervém em...

Entrevistadora: nenhuma atividade...

Diretora: nenhuma atividade, a não ser que ele queira e saiba... se ele tiver preparado pra ajudar a criança... explicar...

Entrevistadora: mas e pra adaptar o conteúdo?

Diretora: geralmente ele... como ele não tem essa prática... esses dados... eles não acompanham os conteúdos, mas o professor tem que fazer uma... tem que trazer uma atividade para essas crianças...

Entrevistadora: Certo... o professor adapta, né o conteúdo?

Diretora: Adapta... o conteúdo e faz algumas atividades... mas não tá acontecendo... é uma falha muito séria na escola... que a gente vai ter que corrigir isso no segundo semestre...

Entrevistadora: A senhora reconhece, né?

Diretora: Nem todos trazem as atividades, muitas vezes eu mesma puxo alí uma atividade de última hora... o cuidador faz uma pintura... mas tá uma falha muito grande do professor... que ele não está preparado... ele tem uma sala com 23 alunos... e tem sala que tem duas crianças com autismo... ele não tem tempo...

Entrevistadora: A demanda, né? Por conta da demanda...

Diretora: É, a demanda grande e também... se eles trazem a atividade... a gente imprime, ele teriam que ter um livro diferente, mas não pode, tem que ser o livro da escola, né... e muitas vezes não era nem pra tirar da sala... mas aqueles que estão muito agitados depois do recreio... tem mãe que... tem uma mãe que já fica aqui acompanhando... quando ele tá calmo ela deixa... e depois do intervalo ela vem buscar, porque ele não consegue ficar em sala de aula... tem criança aqui que depois do recreio não consegue mais... é o limite máximo deles... e o cuidador... a seleção que houve esse ano já não foi o suficiente...

Entrevistadora: Não supriu, né, a demanda?

Diretora: Não supriu... e olha... aumentou agora... deixar eu ver.... um... dois... três... quatro... mais três, sete... eu tô falando aqui só de autismo, né... mas tem os outros, né... eram onze, e vieram oito cuidadores... um cuidador com duas crianças... aí a promessa é que vai haver uma nova seleção pra cuidadores... e muitos desistem.

Entrevistadora: Já desistiu algum cuidador aqui?

Diretora: Já... dois desistiram, disseram que arranjaram uma outra atividade... eu não sei... não fu investigar, mas eu acho que é porque dá muito trabalho e também não compensa, uma bolsa de 500 reais... dá trabalho... você ficar com uma criança a manhã inteira e....

Entrevistadora: A responsabilidade, né?

Diretora: Além da responsabilidade, dá trabalho... por exemplo, a (aluna C), que é uma que tem a tarde, a (aluna C), além de retardo mental, tem microcefalia, ela não é autista... mas a (aluna C), é uma das que dá trabalho... e foi uma das que desistiu... teve outra também...

Entrevistadora: Aí quando desiste um cuidador assim, de uma criança, eles colocam outro? ou aquela criança fica...

Diretora: Não, se não tem... o que aconteceu é que...

Entrevistadora: Não, eu digo assim nos casos mais graves...

Diretora: Nos casos mais graves? ... não no caso dos alunos (D), a que desistiu, mandaram uma... mas ela não tem condição de ficar com duas crianças... então há uma defasagem muito grande nessa parte... mas não é na escola, é na própria secretaria que tá com muito... é uma coisa que a gente tem que discutir... fazer uma reunião com a própria secretaria...

Entrevistadora: Certo... quando a senhora observa assim, essas questões de cuidador, que desiste, essas questões assim.... a senhora leva até a secretaria?

Diretora: Levo... no dia que desistiu... na mesma semana desistiu duas... levei pra secretaria de educação...

...

Diretora: Mas isso aí se chama uma defasagem muito grande... mas a promessa é que no segundo semestre vai haver seleção novamente para os cuidadores, porque muitos desistiram... muitos desistiram...

Entrevistadora: E isso não só aqui, né...

Diretora: Não só aqui, mas no município todo... muitos desistiram... porque fizeram... não fizeram por localidade, cuidador é daqui e mandaram lá pro Antônio Diogo (localidade)... pagando transporte... e eu acho que desistiram por isso...

Entrevistadora: E sobre as famílias... a senhora nota que tem família que procura o atendimento?

Diretora: Tem... tem, algumas famílias que aceitam, que levam e que realmente gostam... tem uma criança que veio do Pará... mas ela já veio com um laudo... e ela... o laudo totalmente destoante do comportamento da criança... aí a mãe veio e falou conosco e a gente encaminhou e ela foi pra neuro... neuropediatra, né... geralmente esses casos é a neuro que diz se precisa de laudo ou não... e gente tem muito cuidado... que é uma responsabilidade muito grande... porque uma vez que a criança tem um laudo, esse laudo vai ser pro resto da vida, né... porque no caso do autismo... ele não... ele pode até melhorar... conviver bem na sociedade normalmente, mas o autista vai ser sempre autista... tem casos que a mãe vem... a gente manda chamar e elas vem... tem mãe que vem até a hora do recreio, essa mãe dos (alunos D), ela tem muito cuidado com eles... como o pai... elas vem saber como eles estão...

Entrevistadora: Porque tem família que tem todo esse cuidado, né? ... tanto na escola, quanto em casa... e outras que não...

Diretora: E todos eles, a gente percebe quando estão sem remédio... sem a medicação...

Entrevistadora: Dessas crianças aqui... a senhora conhece a rotina delas? Sabe se elas são medicadas... todas são?

Diretora: Sim, são... agora a gente conhece que quando elas estão agitadas além do normal, a gente manda chamar o pai ou a mãe... aí eles dizem assim.... “não, porque no posto não tem remédio, e o remédio é caro” ... caro, assim, pra condição financeira deles né... são muito pobres... geralmente são muito pobres... apesar de eles... alguns deles terem um auxílio né... o....

Entrevistadora: Do LOAS, né?

Diretora: É.... do LOAS... quem tem o auxílio, o auxílio é exatamente pra isso... pra comprar remédio... pra comprar... pra ter uma alimentação diferenciada... fralda... e tudo que eles precisarem... mas infelizmente, com essa situação, eles usam o dinheiro da criança e muitas vezes esperam pelo remédio do posto de saúde, né... mesmo que tenha o LOAS... um benefício que eles tem... e quantas e quantas vezes a gente sabe que os usam esse benefício pra comer também, né...

...

Diretora: As crianças passam por uma equipe multidisciplinar... e elas são muito boas, eu até convidei... no último planejamento... pra elas virem, né... explicar para as professoras... tirarem as dúvidas... elas participaram do planejamento e foi muito bom... que elas são muito boas... falaram que se tiver alguma mãe precisando de um acompanhamento pode mandar pra elas...

Entrevistadora: Aí a senhora convidou elas pra virem...

Diretora: Exatamente... pra virem pra conversar com os professores... que os professores tem muitas dúvidas a esse respeito... muitas dúvidas...

Diretora: E assim.... essas crianças são altamente criativas... o que precisa é que o professor esteja preparado pra estimular o crescimento deles...

Entrevistadora: Eles tem muito potencial...

Diretora: Tem muito potencial... tem alguns aqui que, fazem perfeitamente as atividades, escrevem bem, leem e interpretam muito bem... mas tem um aqui que ainda está em suspeita de autismo, mas o pai não aceita em hipótese alguma que o filho seja... ele acha que é história. Mas basta que esteja alguém alí do lado incentivando e dando assistência nas atividades... porque eu acho que o trabalho do cuidador é esse... ficar alí... porque eu acho um absurdo eles ficarem só levando ao banheiro e acompanhar... porque se ele ficar incentivando as atividades... eles tem um crescimento e acompanham a turma...

Entrevistadora: E sobre as atividades que acontecem na escola, eles são incentivados a participar?

Diretora: São... eles são... mas nem todos querem participar... por exemplo... os que tem autismo grave eles não... gostam

Entrevistadora: Tem sensibilidade ao som...

Diretora: Ao som... barulho... mas quando não tem muita agitação eles não querem... mas geralmente as meninas incluem... tem um aluno, que não pode ver aqueles balões... bexigas... ele não gosta... por conta do som...

...

Diretora: Eu gostaria de nas próximas formações dos cuidadores, participar... mas aí... pela rotina... não dá.

...

Entrevistadora: E pra encerrar... o quê que a senhora gostaria de falar assim sobre essa questão da educação inclusiva... o que a senhora gostaria que melhorasse aqui na escola ou no município?

Diretora: O que eu gostaria era exatamente isso, que os professores tivessem um momento de planejamento pra trabalhar só isso... e eu vou até falar isso nos próximos planejamentos coletivos essa questão... porque tá deixando muito a desejar... que eles alegam falta de tempo... e esse dia de planejamento não está sendo o suficiente pra eles fazerem tudo que precisam... é a minha opinião... porque muitas crianças que tem potencial, estão ficando para trás por conta dessa falta de

assistência mais direta... o que eu gostaria era isso... que houvesse mais cuidado com eles... e não é só cuidar de levar pro banheiro... a inclusão não é só trazer pra escola... não é só isso...

Entrevistadora: Porque tem que ter essa inclusão na prática, né...

Diretora: É... por que tem criança que consegue acompanhar a turma, desde que tenha alguém alí do lado deles pra estimular... pra acompanhar... é isso...

Entrevistadora: Obrigada pela entrevista...

Diretora: Por nada... precisando...

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO
BRASILEIRA

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O(a) senhor(a) está sendo convidado a participar de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, de graduação, intitulada: A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na rede pública do ensino fundamental I em Redenção – Ceará.

O questionário será aplicado através de um formulário online. A pesquisa terá como objetivo principal: Identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de TEA.

O(a) senhor(a) ao aceitar participar da pesquisa deverá:

1. Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura do TCLE, o qual poderá ser impresso se assim o desejar.
2. Responder ao questionário on-line. O questionário será on-line e, portanto respondido no momento e local de sua preferência.

O(a) Senhor(a) não terá despesas e nem serão remunerados pela participação na pesquisa, ou seja, sua participação é voluntária. O risco da pesquisa é mínimo por envolver apenas a resposta ao questionário online, o qual foi elaborado com o intuito de que o tempo gasto para seu preenchimento seja mínimo, em torno de 10 a 15 minutos.

O(a) senhor(a) poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem que haja necessidade de se justificar.

Para garantir o sigilo e a privacidade dos participantes, a caracterização dos mesmos será feita por codificação de sua identidade, seu nome e dados não serão divulgados. Todos os dados obtidos na pesquisa serão utilizados exclusivamente para finalidades acadêmicas e não serão divulgados a terceiros.

Pesquisadora: Cleane da Costa Silva
E-mail: cleanesilva90@gmail.com

Orientadora: Geranilde Costa e Silva
E-mail: geranildecosta@unilab.edu.br

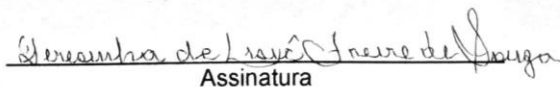
APÊNDICE G – Termo de consentimento - Diretora

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação Cleane da Costa Silva, do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Geraniide Costa e Silva. A pesquisadora pode ser contatada pelo e-mail cleanesilva90@gmail.com e pelos telefones (85) 9 8726-3520 e (85) 9 8178-6013.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevista com minha pessoa, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, intitulado A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) na rede pública do ensino fundamental I em Redenção – Ceará. Cujo objetivo principal é: Identificar as ações desenvolvidas pela escola no sentido de garantir o processo de educação inclusiva de crianças que possuem laudo clínico de TEA.

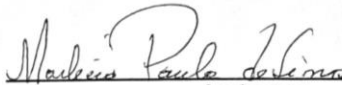
Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Redenção/CE, 20 de junho de 2022

APÊNDICE H – Termo de Consentimento - Coordenadora**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o(a) aluno(a) de graduação Cleane da Costa Silva, do curso de Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, sob a orientação da prof.^a Dr.^a Geranilde Costa e Silva. A pesquisadora pode ser contatada pelo e-mail cleanesilva90@gmail.com e pelos telefones (85) 9 8726-3520 e (85) 9 8178-6013. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevista com minha pessoa, visando, por parte do(a) referido(a) aluno(a) a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.


Assinatura

Redenção/CE, 16 de agosto de 2021